

EDITAL PADRÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 62.100/2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/FTMSP/2026

PROCESSO: 8510.2026/0000435-3

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens para viabilizar a participação e competição artística dos alunos e equipe técnica da Escola de Dança de São Paulo, representando a Fundação Theatro Municipal de São Paulo, no 43º Festival de Dança de Joinville 2026. Os serviços necessários incluem emissão de passagens aéreas, transporte interestadual de alunos e integrantes da equipe EDASP, incluindo seguro viagem, traslado local, hospedagem com café da manhã, almoço, jantar e um lanche diário, conforme especificações constantes do anexo II deste edital.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06 de julho de 2026 às 09:00 (Horário de Brasília).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento legal;
- 2** Objeto;
- 3** Condições de participação;
- 4** Participação de licitantes sob a forma de consórcio;
- 5** Acesso às informações;
- 6** Impugnação do edital;
- 7** Orçamento estimado;
- 8** Apresentação de propostas e preços;
- 9** Abertura da sessão e classificação inicial da proposta de preços;
- 10** Etapa de lances e negociação;
- 11** Modo de disputa;
- 12** Julgamento;

- 13 Habilitação;
- 14 Fase recursal;
- 15 Adjudicação e homologação;
- 16 Preço e dotação;
- 17 Condições do ajuste;
- 18 Penalidades;
- 19 Disposições gerais;

II ANEXOS

- ANEXO I:** Minuta do Contrato
- ANEXO II:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço
- ANEXO III:** Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO IV:** Modelo de Declarações
- ANEXO V:** Critérios para Análise Econômico-Financeira

PREÂMBULO

A FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO situada na Av. São João, 281, Praça das Artes, São Paulo, Capital, CEP 01035-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço objetivando a prestação de serviços descrita(s) na cláusula 2 – DO OBJETO deste edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 926360, nas condições descritas neste edital, devendo ser observado o início da sessão às **09:00 h (horário de Brasília) do dia 06/07/2026**.

Este edital, seus anexos, o resultado do pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Fundação Theatro Municipal de São Paulo – FTMSP.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

- 2.1** O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de viagens para participação dos alunos da Escola de Dança de São Paulo no 43º Festival de Dança de Joinville, incluindo seguro viagem, traslado local, hospedagem com café da manhã, almoço, jantar e um lanche diário.
- 2.2** Deverão ser observadas as especificações e condições da prestação dos serviços constantes do Termo de Referência – anexo II, parte integrante deste edital.
- 2.3** Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.
- 2.3.1. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.3.2. Tratando-se de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação “não”, no campo próprio de que trata a cláusula 2.3, impedirá o prosseguimento no certame para o item.
- 2.3.3. As referências deste edital e de seus anexos ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte abrangem as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

- a) atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;
- b) possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - b.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**
 - b.2)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- c) ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- d) **não** estar em processo de falência;

3.2 NÃO é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

- a) pessoa física e jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito

ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e) OSCIPs atuando nessa condição;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

h) sociedades cooperativas.

3.2.1 Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação, agente público da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2.1.1 As vedações previstas na cláusula 3.3.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1 Será permitida nesta licitação a participação de consórcio de licitantes, observadas as seguintes normas:

- a)** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c)** impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- d)** responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

e) em caso de inexistência de prévia constituição e registro do consórcio, esses deverão ser providenciados antes da formalização do Termo de Contrato, no prazo estabelecido na cláusula 17.4 deste edital.

- 4.2** Em razão da formação do consórcio, basta que o líder tenha o seu cadastro perante o SICAF, em condições de participar eletronicamente do certame.
- 4.3** No consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira e a empresa líder será responsável por todas as providências que forem necessárias para atender a legislação em vigor.
- 4.4** O consórcio não poderá ter a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa concordância do órgão licitante.
- 4.5** O prazo de duração do consórcio deverá coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência do contrato, inclusive seus aditivos e prorrogações;
- 4.6** Cada licitante consorciada deverá apresentar documentação comprobatória de sua habilitação, nos termos deste edital.

5 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico licitacoes_ftm@prefeitura.sp.gov.br.

5.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, licitacoes_ftm@prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

6.1.1 No ato da apresentação da impugnação **é obrigatório** anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente

representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados no item 6.1.1.a.

- 6.2** Caberá ao pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame
- 6.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 6.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.
- 6.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 6.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

7 ORÇAMENTO ESTIMADO

- 7.1.** A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

7.1.1. A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

8 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço, com o VALOR DO PREÇO TOTAL com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema:

- a)** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de cooperativa;
- c)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- d)** Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos neste edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.

- 8.3** A licitante deverá consignar na sua proposta o valor e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo II deste edital.
- 8.4** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 8.5** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.6** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 8.7** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.8** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.

- 8.9** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 8.10** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, acompanhada da planilha de composição de custos unitários, quando solicitado, observado o disposto neste edital, de acordo com o formulário que segue como anexos III e III-A, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com número de CPF e respectivo cargo na licitante.
- 8.11** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.
- 8.12** As licitantes poderão, facultativamente, realizar visita técnica no local de execução dos serviços para coleta de informações e formulação de sua proposta.
- 8.12.1.** A licitante deverá agendar previamente a visita via e-mail licitacoes_ftm@prefeitura.sp.gov.br, indicando seu representante e sua identificação, até o dia útil anterior ao da abertura do certame, quando será designada a data e o horário da referida visita.
- 8.12.2.** O representante da licitante não receberá qualquer tipo de comprovante de comparecimento de Visita Técnica.
- 8.12.3.** A licitante, independentemente de ter realizado ou não a Visita Técnica, deverá apresentar, juntamente com os documentos de Habilitação, Declaração de Pleno Conhecimento das Especificações do Objeto para execução dos serviços,

conforme modelo constante do anexo III, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento do contrato.

9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

9.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

9.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, permitam a sua identificação;
- c)** estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

9.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

9.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

9.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

10 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 10.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 10.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na cláusula 11 deste edital.
- 10.3** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 5% (cinco por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 10.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 10.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens (lotes) para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006:

10.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

10.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.8.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.9 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

10.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.10.1 Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.

10.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.

10.11 Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.

10.12 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do Pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

10.13 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 MODO DE DISPUTA ABERTO

- 11.1 No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.
- 11.2 A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.
- 11.3 Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 11.4 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
- 11.5 Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.
- 11.6 Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12 JULGAMENTO

- 12.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço total**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 12.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

- 12.3** Nesta fase serão consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 12.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 12.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 9.3.
- 12.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 13 HABILITAÇÃO**
- 13.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 13.2** A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 13.3** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos neste edital, o pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.2.1 O pregoeiro e sua equipe de apoio consultarão os documentos exigidos neste edital por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.2.2 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

13.2.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste edital.

13.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1 **Habilitação jurídica:**

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;

- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;
- d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício, quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;
- e)** Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país
- f)** Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b)** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- d)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

d.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

13.5.3 Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Comprovação de boa situação financeira, conforme segue:

b.1) Apresentação do balanço patrimonial e da demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b.1.1) Caso constituída a pessoa jurídica há menos de 2 (dois) anos, a exigência limitar-se-á ao último exercício social;

b.1.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

b.2) Demonstração dos índices econômico-financeiros, de acordo com o anexo IV, deste edital:

b.2.1) Considerar-se-ão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes resultados para cada um dos índices mencionados nesta cláusula b.2:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) $\geq 1,00$

Índice de Liquidez Geral (ILG) $\geq 1,00$

Índice de Solvência Geral (ISG) $\geq 1,00$

b.2.2) A licitante deverá apresentar, preferencialmente em papel timbrado, planilha com os cálculos utilizados para a obtenção dos índices, assinada por profissional habilitado na área contábil.

b.3) As empresas que apresentarem resultado **inferior a 1,00 (um)** em qualquer um dos índices do item b.2.1 deverão comprovar, como condição de habilitação, possuir **Patrimônio Líquido mínimo** equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta final apresentada pelo licitante.

b.3.1) O valor exigido nesta cláusula será acrescido de 30% em se tratando de consórcio, admitindo-se o somatório dos valores de cada consorciado.

b.3.2) O acréscimo previsto na cláusula b.3.1 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e empresas de pequeno porte.

13.5.4 Qualificação técnica:

a) Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a anterior execução de objeto pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

a.1) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

a.2) Em se tratando de consórcio, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

b) A licitante deverá estar registrada no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, do sistema do Ministério do Turismo.

c) O hotel(eis) apresentado(s) pela licitante deverá(ão) possuir comprovação de regularidade perante os órgãos reguladores e fiscalizadores do setor hoteleiro, mediante apresentação de registro ativo no CADASTUR, em plena validade.

13.5.5 Outros Documentos:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- e) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

13.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no anexo IV do presente edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições gerais que seguem:

13.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do signatário.

13.6.3 Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

13.6.4 A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo pregoeiro e equipe de apoio.

13.6.5 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.5.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.6.5.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.6.6 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.6.7 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.6.8 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.6.9. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa

13.7 O pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Certidões da Controladoria-Geral da União referentes a punições vigentes contidas nos Sistemas Correcionais (ePAD, CGU-PAD, CGU-PJ e Banco de Sanções) e nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, no endereço eletrônico <https://certidoes.cgu.gov.br/>;

c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx;

d) Certidão Negativa do Tribunal de Contas da União (inabilitados e inidôneos), no endereço eletrônico https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:8422701016885::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO;

e) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>;

f) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico https://prefeitura.sp.gov.br/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos__cobes/empresas_punidas/9255.

13.8 Os documentos serão analisados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do edital, ela será inabilitada.

13.8.1.1 Para o(s) item(ns)/lote(s) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

13.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o edital.

13.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.8.4 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos

documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste edital e seus anexos o pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14 FASE RECURSAL

- 14.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 14.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 14.3** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 14.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 PREÇO E DOTAÇÃO

16.1 O preço do objeto contratado será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

16.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Administração, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

16.3 O reajustamento do preço observará o previsto no contrato.

16.4 Os recursos necessários para a contratação, onerarão a dotação nº 85.10.13.392.4032.6.434.3.3.90.39.00.00 do orçamento vigente.

17 CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 17.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.
- 17.1.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:
- a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 17.2** Para a contratação, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 13.5.2 deste edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste edital.
- 17.2.1** Como condição para a contratação, deverá restar comprovado que a empresa a ser CONTRATADA não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.
- 17.2.2.** Ainda como condição, deverão ser observadas as exigências discriminadas no item 5 do Termo de Referência, anexo II do presente edital.
- 17.3** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da CONTRATANTE, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste edital.
- 17.4** Caso a vencedora da licitação tenha se comprometido a constituir consórcio, deverá apresentar o termo de sua constituição e registro, nas condições previstas no compromisso de sua constituição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da homologação da licitação.

17.5 É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.5.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.

17.5.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/e> <http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Fundação Theatro Municipal de São Paulo.

17.5.3 Na sessão, o pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.5.4 Caso frustrada a providência descrita na cláusula 17.9.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.6 Cabe à licitante verificar, no Termo de Referência (anexo II) e na minuta de contrato (anexo I) a existência de obrigação de empregar pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional ou mulheres vítimas de violência doméstica, ou ainda de prestar garantia

de execução do contrato.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 03 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Administração;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 18.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

18.3 Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 18.2 à licitante que:

18.3.1 deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

18.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

18.3.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.3.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.3.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.3.2.4 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.3.3 ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;

18.3.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.3.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.3.5.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.3.5.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.3.5.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.3.6 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.7 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.4 Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 18.2 e 18.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5 A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, e deverão ser enviados pelo correio eletrônico licitações_ftm@prefeitura.sp.gov.br

18.6.1 Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste edital.

18.7 O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.

18.7.1 A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.

18.8 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.9 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

- 19.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 19.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21
- 19.8** O pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 19.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 19.8.2** Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: licitacoes_ftm@prefeitura.sp.gov.br
- 19.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo pregoeiro ouvidas, se for o caso, as unidades competentes.

- 19.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da CONTRATADA, a ata da licitação e o edital da licitação, com seus anexos, que o precederam, independentemente de transcrição.
- 19.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 19.12** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 19.13** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21
- 19.14** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do pregoeiro.
- 19.15** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 19.16** O resultado deste pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade, no Portal de Negócios, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP

- 19.17** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 19.18** O edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
- 19.19** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 19.20** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 17 de junho de 2026

ANASTACIO VARSAMIS
Pregoeiro – Divisão Técnica de Suprimentos
Fundação Theatro Municipal de São Paulo

ABRAÃO MAFRA DE OLIVEIRA LOPES
Diretor Geral
Fundação Theatro Municipal de São Paulo

ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº

PROCESSO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/FTMSP/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens para viabilizar a participação e competição artística dos alunos e equipe técnica da Escola de Dança de São Paulo, representando a Fundação Theatro Municipal de São Paulo, no 43º Festival de Dança de Joinville (2026), incluindo emissão de passagens aéreas, transporte interestadual de alunos e integrantes da equipe EDASP, seguro viagem, traslado local, hospedagem com café da manhã, almoço, jantar e um lanche diário, conforme especificações constantes do anexo II edital 90.003/FTMSP/2026.

CONTRATANTE: Fundação Theatro Municipal de São Paulo

CONTRATADA:

CNPJ:

VALOR DO CONTRATO:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

NOTA(S) DE EMPENHO:

Termo de Contrato que entre si celebram a
Fundação Theatro Municipal de São Paulo e a empresa.....

A Fundação Theatro Municipal de São Paulo, neste ato representada por, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls., do processo citado na epígrafe, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.003/FTMSP/2026, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de agenciamento de viagens para viabilizar a participação e competição artística dos alunos e equipe técnica da Escola de Dança de São Paulo, representando a Fundação Theatro Municipal de São Paulo, no 43º Festival de Dança de Joinville (2026), incluindo emissão de passagens aéreas, transporte interestadual de alunos e integrantes da equipe EDASP, seguro viagem, traslado local, hospedagem com café da manhã, almoço, jantar e um lanche diário, conforme Termo de Referência, anexo II do edital 90.003/FTMSP/2026, e nas condições estabelecidas neste contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O edital da licitação;

1.2.3. A proposta da CONTRATADA;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias, contados da sua assinatura.

2.2. Não haverá prorrogação dos prazos estipulados.

2.3. Caso não haja conclusão do objeto por culpa da CONTRATADA:

2.3.1 A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis as penalidades previstas na lei e neste instrumento;

2.3.2. A CONTRATANTE rescindir o contrato, mediante a aplicação das penalidades previstas na lei e neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. As condições de execução e recebimento do objeto, incluindo a periodicidade da aferição, quantitativos, e os dias e locais de prestação do serviço, constam no Termo de Referência (anexo do edital de licitação), que integra este contrato.

3.2. A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e na cláusula oitava deste contrato.

- 3.3.** Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do que foi executado no período de aferição definitivo no Termo de Referência, o qual será apresentado pela CONTRATADA à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se a parcela do objeto foi executada a contento.
- 3.4.** O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 3.5.** Em caso da identificação de produtos ou serviços que não estejam em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, a CONTRATADA responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos decorrentes da substituição de objetos em desconformidade, no prazo indicado no Termo de Referência, anexo II do edital licitatório, bem como se compromete a entregar o objeto licitado, sanadas todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na lei e neste instrumento.
- 3.6.** Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.
- 3.7.** O recebimento do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.** Será admitida a subcontratação parcial do objeto até o limite e nas condições previstas no Termo de Referência, observado, necessariamente, o previsto nos §§ 1º e 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.2.** A subcontratação:
- não transferirá à subcontratada a responsabilidade contratual, que permanecerá integralmente da CONTRATADA;

- deverá observar todos os requisitos técnicos e operacionais deste contrato;
- poderá ser realizada somente mediante comunicação à CONTRATANTE.

- 4.3.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá subcontratar todos os itens, exceto o seguro viagem aos integrantes.
- 4.4.** A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.5.** Nos casos da terceirização da execução dos serviços não haverá qualquer relação contratual e/ou obrigações entre a CONTRATANTE e a(s) empresa(s) subcontratada(s) pela CONTRATADA, permanecendo a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) empresa(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao(s) serviço(s) técnico(s) especializado(s) terceirizado(s).
- 4.6.** As subcontratações serão permitidas para os serviços de transportes interestadual e local, alimentação e hospedagem.
- 4.7.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica para serviços de seguro viagem.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1** O valor total estimado da presente contratação é de R\$

(será inserida tabela com os detalhes da proposta vencedora)

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: 85.10.13.392.4032.6434.3.3.90.39.00.00.
- 5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 5.5. O valor contratado inclui todos os custos necessários à execução do serviço, inclusive:
- transportes, motoristas e combustível;
 - manutenção dos veículos;
 - hospedagem;
 - alimentação;
 - seguro viagem;
 - passagens aéreas;
 - tributos e demais encargos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1.** O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas.
- 6.2.** Estando em termos a documentação apresentada pela CONTRATADA, o pagamento da primeira parcela, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da proposta, com base no §1º do art. 145 da Lei 14.133/2021, será efetuado no ato da assinatura do contrato, respeitado o prazo legal de liquidação, mediante apresentação de nota fiscal ou nota fiscal de fatura que retrate, em parte ou no todo, o valor dos custos operacionais CONTRATADA, visando garantir a reserva das acomodações necessárias para estadia no município sede do evento.
- 6.3.** O pagamento da segunda parcela, correspondente a 70% do valor contratado, será efetuado ao término da prestação de serviço, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da data do ateste da fiscalização, mediante a apresentação das correspondentes notas fiscais.
- 6.4.** Estão inclusos no valor total desta prestação de serviços, todos os tributos, taxas e/ou encargos de qualquer natureza devidos aos poderes públicos, quer sejam eles federais, estaduais ou municipais, diretamente relacionados com o objeto desta contratação, comprometendo-se a CONTRATADA a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente.
- 6.5.** Caso sejam necessárias providências complementares pela CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 6.6.** Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados EXCLUSIVAMENTE por crédito em conta corrente do BANCO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

- 6.7.** Quaisquer pagamentos efetuados não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais.
- 6.8.** Havendo atraso nos pagamentos por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.
- 6.8.1** A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.9.** Antes do pagamento, a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.
- 6.10.** A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados:
- medição de serviços;
 - Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;
 - Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- 6.11.** Os pagamentos não isentam a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.
- 6.12.** Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.13. É vedada a cobrança de custos não previstos na proposta CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. O preço contratado é fixo e não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas, no Termo de Referência, no edital de licitação e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;

8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;

8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;

8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;

- 8.1.7.** verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;
- 8.1.8.** aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- 8.1.9.** exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;
- 8.1.10.** atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;
- 8.1.11.** receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

- 8.2.** A fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** São obrigações da CONTRATADA:
 - 9.1.1.** Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo CONTRATANTE e conforme as disposições do edital de licitação, do Termo de Referência e deste contrato;
 - 9.1.2.** manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;

9.1.3. manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o presente instrumento, oferecendo, sempre que necessário e mediante justificativa da CONTRATANTE amostras para análise da conformidade, assumindo o ônus das análises;

9.1.4. empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

9.1.4.1. motoristas e equipe:

- possuir habilitação compatível;
- utilizar uniforme ou crachá;
- manter conduta adequada;
- disponibilizar contato telefônico.

9.1.4.2. A CONTRATADA deverá substituir o motorista em até **1 hora** caso apresente sinais de embriaguez, fadiga ou qualquer condição inadequada.

9.1.5. enviar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, quando for o caso;

9.1.6. cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a CONTRATANTE informada do serviço prestado;

- 9.1.7.** responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- 9.1.8.** executar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;
- 9.1.9.** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;
- 9.1.10.** comparecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até 02 (dois) dias úteis, para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;
- 9.1.11.** manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;
- 9.1.12.** assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.1.13.** assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;
- 9.1.14.** cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.15.** não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

- 9.1.16.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 9.1.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.1.18.** Comunicar à CONTRATANTE toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1.** As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.
- 10.1.1** Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.
- 10.1.2** Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.
- 10.2.** O MUNICÍPIO, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do MUNICÍPIO e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.”

- 10.3.** Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:
- a)** Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.
 - b)** manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.
 - c)** Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
 - d)** Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
 - e)** Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
 - f)** A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.

g) Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo MUNICÍPIO para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

h) A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

h.I - os dados se tornarem desnecessários;

h.II - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

i) A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

10.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

10.4.1 Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 10.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;
- II – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;
- III – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;
- IV – descrição das possíveis consequências do incidente;
- V – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;
- VI – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;
- VII – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

10.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

10.4.3. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

10.5 A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

10.5.1. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

- I** – confirmação da existência de tratamento;
- II** – acesso aos dados pessoais;
- III** – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV** – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- V** – informação sobre compartilhamento de dados;
- VI** – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

10.5.2. A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

10.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

10.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

10.6.1. A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção

de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

10.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

10.7 A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E PENALIDADES

12.1. O descumprimento total ou parcial do contrato, ou de qualquer de seus prazos e cronogramas, ensejará a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

12.2. **Multa por descumprimento do cronograma:** O atraso injustificado na entrega de qualquer prestação prevista no cronograma (como emissão de passagens, confirmação de hospedagem, traslados ou vouchers de alimentação) sujeitará a CONTRATADA à multa de **5% (cinco por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de **3 (três) dias**.

12.2.1. Ocorrendo atraso superior a **3 (três) dias**, ou restando **menos de 48 (quarenta e oito) horas** para o início da viagem ou ato programado sem o cumprimento da obrigação, a CONTRATANTE deverá declarar a **inexecução total do ajuste**.

12.2.2. A declaração de inexecução total permitirá à CONTRATANTE recusar o recebimento extemporâneo, rescindir o contrato imediatamente por culpa da CONTRATADA e aplicar a multa compensatória integral prevista na cláusula 12.5, sem prejuízo da reparação por perdas e danos decorrentes da não participação no evento.

12.3. Multa pela execução do objeto em desacordo com as especificações técnicas: até 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto executado incorretamente, a ser fixada nos termos da cláusula 12.9, sem prejuízo da obrigação de refazimento.

12.3.1. Na hipótese desta cláusula 12.3, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

12.4. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada.

12.5 Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

12.5.1. Na mesma multa incorrerá a CONTRATADA quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela CONTRATANTE.

12.6. Multa por violação à cláusula 10ª (LGPD): até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a ser fixada nos termos da cláusula 13.11.

- 12.7.** Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste, não capitulada em cláusula específica: 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento, observados os critérios da cláusula 12.9.
- 12.7.1.** Na hipótese desta cláusula 12.7, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.
- 12.8.** Nas hipóteses das cláusulas 12.4, 12.5 e 12.6, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:
- a)** da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b)** da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.9.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.10.** As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades.
- 12.11.** O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da CONTRATADA.
- 12.11.1.** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela CONTRATADA.

12.11.2. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.11.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.12. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto nº 62.100/2022.

12.13. A CONTRATANTE, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 150,00 em advertência, observados os critérios da cláusula 12.9.

12.14. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

12.15. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles fixados.

12.16 Para fins de aplicação das penalidades previstas neste instrumento, observa-se que as demais multas aplicáveis, já estabelecidas no Termo de Referência, sujeitam-se à classificação de infrações por graus, nos termos das Tabelas 1 e 2 constantes do item 22.4 daquele documento, as quais permanecem plenamente aplicáveis e complementares ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1.** O contrato será extinto quando expirado o prazo de vigência.
- 13.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ANTICORRUPÇÃO

- 14.1.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.
- 14.2.** As partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

- 15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

- 16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.5.** O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

- 17.1.** Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 18.2** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

- 18.3** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 18.4** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

- 18.5** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 18.6** A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.7** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo subitem 13.5.2 do edital.
- 18.8** Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus anexos, a proposta da CONTRATADA e a ata da sessão pública do pregão sob fls ____ e ____ do processo administrativo nº
- 18.9** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal nº 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 18.10** É vedado ao contratado, durante a vigência contratual, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

- 19.1** As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.
- 19.2** Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

São Paulo, __ de _____ de ____.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens para viabilizar a participação e competição artística dos alunos e equipe técnica da Escola de Dança de São Paulo, representando a Fundação Theatro Municipal de São Paulo, no 43º Festival de Dança de Joinville 2026. Os serviços necessários incluem emissão de passagens aéreas, transporte interestadual de alunos e integrantes da equipe EDASP, incluindo seguro viagem, traslado local, hospedagem com café da manhã, almoço, jantar e um lanche diário.
- 1.2.** A disposição dos serviços necessários e as quantidades, bem como suas especificações e exigências, constam estabelecidas neste presente instrumento conforme se segue:

LOTE	GRUPOS	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADES	DATA PERÍODO	CÓD. CATSER
	GRUPO 1- Equipe Junior: (24 pessoas) 16 estudantes e 8 pessoas de equipe técnica	Transporte Interestadual de IDA E VOLTA - SP/SP – Joinville/SC	Ônibus semileito, com banheiro interno, higienizado, ar-condicionado, água mineral disponível, 24 passageiros para viagem interestadual de ida e volta de São Paulo/SP para Joinville/SC. Itinerário: São Paulo/SP para Joinville, SC.	01 ônibus de ida e volta com 24 passageiros no mínimo	<i>Ida em 22/07/2026 – Manhã</i> <i>Retorno em 02/08/2026 - Manhã</i>	3719
		Hospedagem – 24 pessoas	Hotel até, no máximo, 20Km de distância do Ginásio Centreventos Cau Hansen (localizado na Avenida José Vieira, 315, América, Joinville, SC), com café da manhã incluso, para 12 dias – 11 diárias/11 noites, com disponibilidade de 1L de água mineral diariamente. O hotel deverá possuir classificação do serviço hoteleiro na categoria de 3 (três) estrelas ou mais estrelas, tendo obrigatoriamente, café da manhã incluso no serviço de hospedagem, 1 (um) litro de água potável em garrafa plástica, todos os dias no período de hospedagem.	24 pessoas, sendo 16 estudantes (12 meninas e 4 meninos) alocando em quartos quádruplos ou triplos + 7 pessoas equipes técnica (1 quarto necessariamente individual e os demais quartos triplos ou duplos)	<i>Entrada em 22/07/2026 - Tarde</i> <i>Saída em 02/08/2026 - Manhã</i>	

LOTE ÚNICO		Traslado Interno Joinville –	Ônibus semileito ou executivo com banheiro interno, higienizado, ar-condicionado, água mineral disponível, atendendo no mínimo 24 passageiros para traslado interno em Joinville.	01 ônibus: 24 passageiros transporte local com motorista à disposição máx. 70km/dia	<i>Utilização em 22/07/2026 até 01/08/2026</i>
		Refeições	Alimentação para 12 dias: 12 dias de almoço e 11 dias de jantar para 24 pessoas. Sendo 2 almoços realizados na estrada no trajeto de ida e volta.	552 unidades de refeições	<i>Período de 22/07/2026 a 02/08/2026</i>
		Lanches	Kit-lanche diário para 24 pessoas, durante 14 dias, contendo barra proteica de mix de nuts e frutas secas e 02 frutas.	288 unidades	<i>Período de 22/07/2026 a 02/08/2026</i>
		Seguro	Seguros viagem para 24 pessoas durante o período de viagem.	24 pessoas/unidades	<i>Período de 22/07/2026 a 02/08/2026</i>
LOTE ÚNICO	GRUPO 2 – Equipe Sênior: (35 pessoas) 29 estudantes e 6 pessoas	Transporte Interestadual de IDA E VOLTA - SP/SP – Joinville/SC	Ônibus semileito, com banheiro interno, higienizado, ar-condicionado, água mineral disponível, 35 passageiros para viagem interestadual de ida e volta de São Paulo/SP para Joinville/SC. Itinerário: São Paulo/SP para Joinville, SC.	01 ônibus: 35 passageiros	<i>Ida em 26/07/2026- manhã. RETORNO em 02/08/2026 - manhã.</i>
		Hospedagem com café da manhã incluso + água	Hotel até, no máximo, 20Km de distância do Ginásio Centreventos Cau Hansen (localizado na Avenida José Vieira, 315, América, Joinville, SC), para 35 pessoas, com café da manhã incluso, para 08 dias – 07 noites/07 diárias, com disponibilidade de 1L de água mineral diariamente. O hotel deverá possuir	35 pessoas, sendo 29 estudantes (sendo 20 meninas e 09 meninos), e 6 pessoas de equipe em quartos individuais (3) e em quartos	<i>Entrada em 26/07/2026 - Tarde Saída em 02/08/2026- Manhã</i>

LOTE ÚNICO			classificação do serviço hoteleiro na categoria de 3 (três) estrelas ou mais estrelas, tendo obrigatoriamente, café da manhã incluso no serviço de hospedagem, 1 (um) litro de água potável em garrafa plástica, todos os dias no período de hospedagem.	triplos (2) e/ou quádruplos (6) e duplos (1)		
		Traslado Interno em Joinville	Ônibus semileito ou executivo, com banheiro interno, higienizado, ar-condicionado, água mineral disponível, passageiros para deslocamento em Joinville/ SC.	01 ônibus: 35 pessoas	<i>Utilização em 26/07/2026 até 01/08/2026</i>	
		Refeições	Alimentação para 35 pessoas durante 08 dias: 08 dias de almoço e 07 noites de jantares. Sendo 2 almoços realizados na estrada, na ida e volta.	525 refeições	<i>De 26/07/2026 a 02/08/2026</i>	
		Lanches	Kit-lanches diários para 35 pessoas durante 08 dias, contendo: barra proteica de mix de nuts e frutas secas e 02 frutas.	280 lanches	<i>De 26/07/2026 a 02/08/2026</i>	
		Seguro Viagem	Seguro viagem para 35 pessoas, durante o período de viagem.	35 pessoas	<i>De 26/07/2026 a 02/08/2026</i>	
	INDIVIDUAL 1: 01 Pessoa: Diretor Geral	Aéreo 1 – Voos de Ida e Volta	Passagens Aéreas: Partindo do Aeroporto de Guarulhos/SP ou do Aeroporto de Congonhas/SP para Aeroporto de Joinville (JOL) - Lauro Carneiro de Loyola/SC, no dia 28/07/2026, com retorno no dia 30/07/2026, voos no período da manhã. Classe	1 pessoas - Classe Econômica, incluindo mala de mão e serviço de despacho de bagagem de 23kg	<i>IDA: 28/07/2026 – Período da Manhã</i> <i>Pouso até às 13h</i> <i>Volta: 30/07/2026 – Período da Manhã</i>	

			econômica e inclusão do serviço de despacho de bagagem de 23kg.		<i>Pouso até às 13h</i>	
		Hospedagem	Hotel, no máximo, 20Km de distância do Ginásio Centreventos Cau Hansen (localizado na Avenida José Vieira, 315, América, Joinville, SC), com café da manhã incluso, para 03 dias/02 noites, com disponibilidade de 1L de água mineral diariamente. O hotel deverá possuir classificação do serviço hoteleiro na categoria de 3 (três) estrelas ou mais, tendo obrigatoriamente, café da manhã incluso no serviço de hospedagem, 1 (um) litro de água potável em garrafa plástica, todos os dias no período de hospedagem e ainda recepção física 24 horas;	1 pessoa (quarto individual)	<i>Diárias no período da manhã de 28/07/2026, saída em 30/07/2026 - manhã</i>	
		Refeições	Alimentação para 02 dias: 03 dias de almoços e 02 dias de jantares.	04 unidades	<i>De 28/07/2026 a 30/07/2026</i>	
		Lanches	Kit-lanches diários para 01 pessoas, durante 03 dias, contendo: barra proteica de mix de nuts e frutas secas e duas frutas.	03 unidades	<i>De 28/07/2026 a 30/07/2026</i>	
		Seguro	Seguro viagem para uma pessoa durante o período da viagem	1 pessoa	<i>De 28/07/2026 a 30/07/2026</i>	
		Aéreo 1 – Voos de Ida e Volta	Passagens Aéreas: Partindo do Aeroporto de Guarulhos/SP ou de Congonhas/SP para Aeroporto de Joinville (JOI) - Lauro Carneiro de Loyola/SC, no dia 23/07/2026, com retorno no dia 02/08/2026, voos no	01 pessoa - Classe Econômica, incluindo mala de mão e serviço de despacho de bagagem de 23kg	<i>IDA: 23/07/2026 – Período da tarde 14h-16h, com pouso até às 18h JOI-SC</i>	

	INDIVIDUAL 02: 01 Pessoa: Diretor de Formação		período da tarde e retorno pela manhã. Classe econômica e inclusão do serviço de despacho de bagagem de 23kg.		RETORNO: <i>Volta: 02/08/2026 horário de saída do Aeroporto de Lauro Carneiro de Loyola (JOI-SC) das 09h às 11h; com pouso em GRU ou CGH até 13h;</i>	
		Hospedagem	Hotel, no máximo, 20Km de distância do Ginásio Centreventos Cau Hansen (localizado na Avenida José Vieira, 315, América, Joinville, SC), com café da manhã incluso, para 11 dias/10 noites, com disponibilidade de 1L de água mineral diariamente. O hotel deverá possuir classificação do serviço hoteleiro na categoria de 3 (três) estrelas ou mais, tendo obrigatoriamente, café da manhã incluso no serviço de hospedagem, 1 (um) litro de água potável em garrafa plástica, todos os dias no período de hospedagem e ainda recepção física 24 horas;	01 pessoa (quarto individual)	<i>Diárias no período de 23/07/2026 (tarde) e saída em 02/08/2026 - manhã</i>	
		Refeições	Alimentação para 11 dias: 11 dias de almoços e 10 dias de jantares.	20 unidades	<i>De 23/07/2026 a 02/08/2026</i>	
		Lanches	Kit-lanches diários para 01 pessoas, durante 11 dias, contendo: barra proteica de mix de nuts e frutas secas e duas frutas.	11 unidades	<i>De 23/07/2026 a 02/08/2026</i>	
		Seguro	Seguro viagem para uma pessoa durante o período da viagem	01 pessoa	<i>De 23/07/2026 a 02/08/2026</i>	

1.3. SEGUROS DE VIAGEM

1.3.1. Seguro viagem para cada integrantes contendo, no mínimo, as seguintes coberturas baseadas na demanda de quantidade de pessoas e período de cobertura no quadro do item 1.2.:

- Assistência Médica e Hospitalar com cobertura para despesas médicas, hospitalares e odontológicas em caso de acidentes ou doenças durante a viagem, incluindo consultas, exames, internações e medicamentos.
- Assistência Jurídica com cobertura para despesas legais em caso de necessidade durante a viagem, como defesa em processos judiciais decorrentes de acidente de trânsito, por exemplo.
- Assistência 24 horas possibilitando atendimento telefônico para esclarecimentos de dúvidas, orientação em caso de emergência médica, coordenação de serviços de assistência, entre outros.

1.3.2. A CONTRATADA deverá escolher seguradora registrada na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, estando em consonância à Circular de SUSEP nº 667/2022.

1.4. TRANSPORTE AÉREO

1.4.1. A agência CONTRATADA deverá providenciar **04 (quatro) passagens aéreas para o trecho São Paulo – Joinville, ida (2 passagens de idas) e volta (2 passagens de volta), sendo o embarque pelo aeroporto de Guarulhos/SP ou de Congonhas/SP para o Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola (JOI-SC)**, localizado a cerca de 13 km do centro de Joinville. As passagens devem ser na categoria econômica, incluindo bagagem de mão de até 10kg e despacho de bagagem de 23 kg.

1.4.2. As datas e os horários de voos deverão respeitar as seguintes programações:

1.4.2.1. Individual 1: Diretor Geral

Partida: 28/07/2026 - período de horário de saída do Aeroporto de Guarulhos (GRU-SP) ou de Congonhas (CGH-SP) pela manhã das 09h às 11h; com pouso da aeronave em JOI-SC até 13h;

Retorno: 30/07/2026 - período de horário de saída do Aeroporto de Lauro Carneiro de Loyola (JOI-SC) das 09h às 11h; com pouso em GRU ou CGH até 13h

A programação desses horários de voos tem justificativa na adequação da agenda da autoridade institucional da FTMSP, a qual necessitou da delimitação do período matutino, na ida e na volta para a logística institucional, considerando que são dias úteis. Esses dias incluem atividades representativas ocorrendo a apresentação dos corpos artísticos da EDASP no festival, requerendo a participação da autoridade máxima do órgão nos dias 28 e 29/07, com retorno pela manhã no dia 30/07.

1.4.2.2. Individual 2: Diretor de Formação

Partida: 23/07/2026 - período de horário de saída do Aeroporto de Guarulhos (GRU-SP) ou de Congonhas (CGH-SP) das 14h – 16h; com pouso da aeronave em JOI-SC até 18h;

Retorno: 02/08/2026 - período de horário de saída do Aeroporto de Lauro Carneiro de Loyola (JOI-SC) das 09h às 11h; com pouso em GRU ou CGH até 13h;

A programação desses horários de voos tem justificativa na adequação da agenda da autoridade, a qual necessitou da delimitação do período vespertino para cumprimento de agenda institucional pela manhã e início da tarde, na ida; e matutino não retorno de

Joinville, considerando o acompanhamento da delegação da EDASP, em Joinville, e acompanhamento da logística operacional durante todo o período de estadia da EDASP.

1.5. TRANSPORTE INTERESTADUAL RODOVIÁRIO - SÃO PAULO/SP - JOINVILLE/SC

1.5.1. Ônibus semileito para viagem interestadual, partindo do centro da cidade de São Paulo/SP com destino à cidade de Joinville/SC, com as seguintes especificações mínimas:

- banheiro interno higienizado;
- ar-condicionado;
- assentos para no mínimo passageiros;
- 500ml de água mineral disponível para cada passageiro;
- assentos confortáveis e reclináveis tipo semileito;
- bagageiro inferior (compartimento externo de grande capacidade), adequado para transporte de cases grandes, figurinos, cenografia e equipamentos artísticos;
- bagageiro interno superior (compartimento acima dos assentos), destinado aos pertences pessoais dos passageiros. O bagageiro inferior deverá possuir espaço compatível com a lotação total do veículo e volume adicional de materiais artísticos, com capacidade mínima de 5 m³.

1.5.2. DA PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE INTERESTADUAL

1.5.2.1. A agência deverá observar a programação da EDASP quanto à logística de período de viagem dos grupos, considerando que temos 2 grupos com saídas diferentes, providenciando o serviço com a seguinte configuração de programação:

1.5.2.2. PARTIDA DE ÔNIBUS INTERESTADUAL A JOINVILLE/SC - EMBARQUE E DESEMBARQUE

O local oficial de embarque e desembarque dos integrantes da viagem será na Fundação Theatro Municipal de São Paulo (FTMSP), localizada na Avenida São João, 281 – Praça das Artes, São Paulo/SP. O ônibus deverá manter o pisca-alerta ligado ao trafegar e na velocidade máxima de 20 km/h nas imediações do local.

Equipe 1: grupo 24 pessoas, com 16 estudantes e 08 integrantes da equipe técnica da EDASP;

Data de saída em 22/07/2026, período da manhã, no horário das 7h às 8h;

Local de embarque: Fundação Theatro Municipal de São Paulo - Praça das Artes - Avenida São João, 281, Centro Histórico de São Paulo – SP;

Local de desembarque: no hotel onde a EDASP estiver hospedada em Joinville/SC;

Equipe 2: grupo de 35 pessoas, com 29 estudantes e 06 integrantes da equipe técnica da EDASP;

Data de saída em 26/07/2026, período da manhã, no horário das 7h às 8h;

Local de embarque: Fundação Theatro Municipal de São Paulo - Praça das Artes - Avenida São João, 281, Centro Histórico de São Paulo – SP;

Local de desembarque: no hotel onde a EDASP estiver hospedada em Joinville/SC;

1.5.2.3. RETORNO DE ÔNIBUS INTERESTADUAL – RETORNO A SÃO PAULO/SP

Retorno da Equipe 1: 24 pessoas ao total, ônibus semileito 1;

Retorno da Equipe 2: 35 pessoas ao total, ônibus semileito 2;

Data de saída em 02/08/2026, período da manhã, no horário das 8h às 10h;

Local de Embarque: hotel onde a EDASP estiver hospedada, para retorno de Joinville/SC à São Paulo/SP;

Local de desembarque: Fundação Theatro Municipal de São Paulo - Praça das Artes - Avenida São João, 281, Centro Histórico de São Paulo – SP;

1.6. TRANSPORTE LOCAL EM JOINVILLE/SC

1.6.1. Considerando o princípio da economicidade, o mesmo veículo de transporte interestadual poderá ser utilizado para os deslocamentos locais na cidade de Joinville/SC. A empresa deve se programar para duas saídas dos Grupos 1 e 2, nos dias 22 e 26/07, conforme a programação do quadro do item 1.2. deste Termo de Referência. Posteriormente, com a chegada do Grupo 2, em 26/07/2026, em Joinville, os dois grupos deverão se juntar e utilizar o mesmo ônibus durante o período de 26/07 a 02/2026, incluindo o Grupo 3 (duas pessoas). No entanto, fica facultado à CONTRATADA a escolha do tipo de veículo (executivo ou semileito), obedecendo as seguintes especificações mínimas:

1.6.1.1. Os dois veículos destinados aos deslocamentos locais deverá ser um ônibus semileito, com no mínimo 40 (quarenta) assentos para passageiros, todos confortáveis e reclináveis, banheiro interno higienizado, ar-condicionado e, obrigatoriamente, espaço adequado para o transporte de bagagens.

1.6.1.2. O compartimento de bagagem deverá ser compatível com a quantidade de passageiros e com os materiais artísticos a serem transportados, devendo incluir:

- bagageiro inferior (compartimento externo), com capacidade mínima de 5m³, para acondicionamento de figurinos, materiais cênicos e equipamentos;
- bagageiro superior (interno), localizado acima dos assentos, destinado aos pertences pessoais.

1.6.1.3. O veículo será utilizado para o transporte da equipe da Escola de Dança de São Paulo (EDASP) durante a permanência na cidade de Joinville/SC, contemplando traslados diários entre o hotel, o Ginásio Centreventos Cau Hansen, restaurantes e outros locais que venham a ser definidos conforme a agenda de atividades pedagógico-artísticas sob responsabilidade da coordenação da EDSP, com limite de até 70 (setenta) quilômetros de rodagem por dia.

1.6.1.4. O itinerário previsto dos deslocamentos locais será enviado posteriormente pela CONTRATANTE, com a devida antecedência, para viabilizar o planejamento logístico operacional da CONTRATADA.

1.6.1.5. A CONTRATADA deverá assegurar, tanto durante o deslocamento quanto na estada em Joinville/SC, as condições adequadas de descanso e alimentação para os condutores, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis previstas no contrato.

1.7. HOSPEDAGEM EM JOINVILLE/SC

1.7.1. Considerando a quantidade de integrantes da Comitiva da EDASP e as partidas em períodos distintos, bem como a disponibilidade de rede hoteleira na cidade durante o Festival de Dança em Joinville, a hospedagem da Comitiva poderá ser alocada de 01 (um) em até 02 (dois) hotel(éis) e deverá(ão) estar(em) localizado(os) no perímetro de até 20 (vinte) quilômetros do

Centreventos Cau Hansen, localizado na Avenida José Vieira, 315, América, Joinville, SC, 89204-110, local dos ensaios e apresentações do grupo artístico.

1.7.2. A hospedagem será fornecida para o período de 22 de julho a 02 de agosto de 2026, totalizando 11 (onze) diárias, e demais período de acordo com as necessidades dos grupos, conforme as seguintes condições:

1.7.2.1. Hospedagem com atendimento físico (presencial) na recepção por 24 (vinte e quatro) horas, tendo em vista a participação e necessidades de apoio aos 45 estudantes menores de idades da EDASP.

1.7.2.2. Comprovação de regularidade perante os órgãos reguladores e fiscalizadores do setor hoteleiro, mediante apresentação de registro ativo no CADASTUR (**Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas do Ministério do Turismo**), em plena validade.

1.7.2.2. O hotel deverá possuir classificação do serviço hoteleiro a partir da categoria de 3 (três) estrelas ou mais, tendo obrigatoriamente:

- café da manhã incluso no serviço de hospedagem;
- 1 (um) litro de água potável em garrafa plástica, todos os dias no período de hospedagem, para cada hospede;
- Check-in: a partir das 13h00 nos dias de chegada das equipes: 22 e 26 de julho de 2026; e do dia 28 a 30 de julho (individual 1) e 23/06 a 02/08 (individual 2);
- Checkout: até as 10h00 do dia 02/08/2026, saída de todos os grupos/integrantes;

1.7.2.3. Preferencialmente o(s) hotel(éis) deverão dispor de:

- Locação de espaço de sala de convenção, com custo incluso na hospedagem, sendo pelo menos em 1 hotel, com capacidade de comportar 61 pessoas, com janelas ou ar-condicionado, para possibilitar treino e ensaios das equipes durante o período da competição;
- serviços de restaurante buffet no local (facilitando a logística de grupo);
- academia (oportunizando o desenvolvimento de atividades físicas dos estudantes/bailarinos para melhor desempenho da performance);

1.7.2.4. A hospedagem deverá contemplar a alocação de 61 (sessenta e uma) pessoas, sendo prioritariamente realizada em um único hotel, localizado a, no máximo, 20 (vinte) quilômetros de distância do Ginásio Centreventos Cau Hansen, situado na Avenida José Vieira, 315, bairro América, Joinville/SC.

1.7.2.5. A acomodação dos hóspedes deverá priorizar o seguinte esquema, sempre que possível com camas individuais para maior conforto:

GRUPO 1: 24 pessoas – obrigatoriamente, todos dessa equipe deverão permanecer no mesmo hotel;

01 quarto obrigatoriamente individual;

12 estudantes bailarinas: quartos triplos e/ou quádruplos;

04 estudantes bailarinos: quarto quádruplo;

06 pessoas de equipe técnica da EDASP: quartos quádruplos e/ou triplos;

GRUPO 2: 35 pessoas – obrigatoriamente, todos desta equipe deverão permanecer no mesmo hotel;

20 estudantes bailarinas: quartos triplos e/ou quádruplos;

09 estudantes bailarinos: em quartos triplos e/ou quádruplos

06 pessoas de equipe técnica da EDASP: quartos triplos

GRUPO 3: 02 pessoas - poderão ficar no mesmo hotel de hospedagem do Grupo 1 ou do Grupo 2.

02 quartos individuais;

1.7.2.6. Caso a configuração exata não esteja disponível, a CONTRATADA deverá comunicar previamente à CONTRATANTE, apresentando as alternativas possíveis e aguardando aprovação formal quanto a um novo layout de disposição dos quartos. Deverá ser observado que nenhum grupo poderá ser subdividido entre seus membros, pois cada grupo tem seu número de monitores e professores específico na sua categoria de competição.

1.7.2.7. Somente em caso de comprovada indisponibilidade de acomodações que atendam a todos os critérios exigidos, será admitida, em caráter excepcional, a divisão da hospedagem em até 02 (dois) hotéis distintos, desde que a CONTRATADA apresente justificativa formal acompanhada de comprovação documental de que não há opções viáveis disponíveis que comportem o grupo em um único estabelecimento.

1.7.2.8. Deverá ser fornecido, para cada hóspede, 1 (um) litro de água potável em garrafa plástica, por dia, incluso no valor da diária.

1.8. ALIMENTAÇÃO - CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇOS, JANTARES E KIT-LANCHE

1.8.1. O café da manhã deverá ser obrigatoriamente oferecido no próprio hotel(éis) em que os participantes estiverem hospedados, não sendo admitido o deslocamento para outro local com esta finalidade. O serviço deverá incluir um café da manhã completo, variado e de boa qualidade, adequado às necessidades nutricionais dos hóspedes e compatível com o padrão de atendimento de grupos em viagens institucionais. Considera-se um bom café da manhã aquele que contempla, no mínimo:

- Bebidas quentes (café, leite e chá);
- Sucos naturais ou integrais;
- Pães variados (francês, integral, de forma, entre outros);
- Frutas frescas variadas;
- Frios (queijo e ao menos uma opção de outro item vegetariano);
- Bolos ou itens de confeitaria simples;
- Ovos, manteiga, margarina e geleias.

1.8.1.2.A alocação desses serviços e as quantidades estão dispostas no quadro do item 1.2. deste Termo de Referência, condicionado conforme o período de hospedagem de cada grupo.

1.8.1.2. O café da manhã deverá estar disponível em horário compatível com a programação do grupo, **preferencialmente entre 07h e 09h**, garantindo que todos os participantes possam realizar a refeição com tranquilidade antes do início das atividades do dia.

REFEIÇÕES EM BUFFET: ALMOÇO E JANTARES

1.8.2. As refeições deverão ocorrer em estabelecimento de serviço alimentar do tipo buffet, que ofereça ambiente apropriado para atendimento coletivo e garanta qualidade, higiene e variedade no preparo dos alimentos. O cardápio deverá contemplar, obrigatoriamente, opções variadas e equilibradas, atendendo às necessidades nutricionais e dietéticas dos participantes, incluindo:

- Opções vegetarianas em todas as refeições;
- Variedade de saladas verdes, legumes cozidos, proteínas, carboidratos, frutas frescas;
- 01 bebida inclusa, sucos naturais ou integrais, ou refrigerante;
- Sobremesa simples;

1.8.2.1. Durante a viagem de ida e volta interestadual as equipes do Grupo 1 e Grupo 2 deverão realizar as suas refeições de almoço em algum restaurante na estrada, com as mesmas configurações de serviço do item anterior e conforme o período de estadia no quadro do item 1.2. deste Termo de Referência.

Total Geral de Refeições: 1.116 (Grupo 1, 2 e 3)

KIT - LANCHES DIÁRIOS

1.8.3. Fornecimento de 01 (um) lanche diário para cada um dos integrantes dos grupos, durante o período de estadia conforme disposto no quadro do item 1.2. deste Termo de Referência.

1.8.3.1. Os kits-lanche deverão ser compostos dos seguintes itens:

- 01 (uma) Barra de Mix de Nuts e Frutas (Mínimo 4g de Proteína): Composição variada contendo amendoim, castanhas, nozes, aveia e cereais diversos. Enriquecida com frutas secas (banana, uva passa e/ou damasco). Unidade individual e sem adição excessiva de açúcares ou conservantes artificiais;
- 02 frutas no kit, podendo ser: banana (prata ou nanica), maçã (fuji ou gala), pera (williams ou portuguesa) e/ou ameixa (vermelha ou roxa).

1.8.3.2. Cada kit-lanche deverá ser devidamente embalado com material transparente e biodegradável, pronto para ser distribuído a cada integrante. As frutas deverão ser fornecidas embaladas individualmente em plástico filme e previamente higienizadas (exceto a banana). Devem estar em perfeitas condições de consumo: não podem estar amassadas, machucadas, verdes nem excessivamente maduras, e devem ser acondicionadas dentro da embalagem do kit.

1.8.3.3. Os lanches serão entregues diariamente no hotel da hospedagem de cada Equipe (1, 2 e 3), às 7h da manhã, durante os dias de 22/07/2025 a 02/08/2025, sendo 1 unidade/diária para cada integrante, conforme a quantidade e o período de estadia estabelecido no quadro item 1.2. deste Termo de Referência.

Total Geral de Kits: 590 lanches

- 1.9.** A presente contratação adotará como modalidade pregão, com base no art. 29 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.10.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, sendo caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.11.** O prazo de vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da Ordem de Início/Serviço a ser emitida pela FTM, com fundamento no art. 105, da Lei 14.133/2021.
- 1.12.** Em caráter excepcional, devido à reserva de hospedagem e outros custos, a antecipação de pagamento parcial de 30% (trinta por cento) do valor do contrato será permitida à CONTRATADA para obtenção da presente prestação de serviço, pela sua complexidade e especificidade, com base no art. 145, § 1º, Lei 14.133/2021. Essa antecipação vislumbra a despesa de custo relativo à hospedagem da delegação da EDASP, devendo a agência CONTRATADA comprovar a reserva do hotel para o pleito da antecipação de pagamento.
- 1.13.** Em havendo qualquer divergência entre as especificações contidas neste termo e as constantes no Catálogo de Serviço - CATSER do Sistema Compras.gov, prevalecerão rigorosamente, para todos os efeitos, as referências deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** O maior evento de dança do mundo, o Festival de Dança de Joinville, acontece todo ano, em julho, e agrega dançarinos de todo o Brasil e do exterior. O evento, que dura treze dias, movimenta toda a cidade e conta com diversas atrações.
- 2.2.** A Escola de Dança de São Paulo - EDASP, oferece cursos de dança gratuitos, regulares e livres, abertos ao público em geral. O curso regular é anual e continuado em ciclos formativos posteriores, de longa duração, englobando os ciclos de ensinamentos: básico, intermediário e profissionalizante, enquanto o curso livre tem duração semestral.

- 2.3.** A opção pela contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens, que concentre a prestação de todos os serviços necessários (transporte, hospedagem, alimentação e seguro), fundamenta-se no Princípio da Eficiência (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e na busca pela logística integrada.
- 2.4.** Diante deste contexto, é importante destacar que a presente contratação de empresa jurídica, do tipo agência de viagens, se justifica pelos seguintes motivos expostos a seguir:
- I) oportunidade de aprendizado cultural. Participar de um Festival de Dança oferece aos alunos a oportunidade única de vivenciar diferentes formas de expressão cultural, ampliando seus horizontes e enriquecendo seu conhecimento sobre diferentes tradições e estilos de dança;
 - II) Desenvolvimento artístico, uma vez que a participação em eventos desse tipo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento artístico dos alunos, proporcionando-lhes experiências práticas e inspiradoras, que complementam sua formação acadêmica;
 - III) Intercâmbio de experiências, favorecendo a rede de conhecimento para todos os envolvidos, os Festivais são ótimas oportunidades para alunos e profissionais da área interagirem com outros dançarinos, trocarem experiências, estabelecerem contatos e, até mesmo, identificarem possíveis oportunidades futuras de carreira.
 - IV) Participar em evento, como um grupo, fortalece os laços entre os alunos e professores, promovendo trabalho em equipe, a cooperação e o senso de pertencimento, elementos essenciais para o desenvolvimento pessoal e social, uma vez que promovemos o fortalecimento do espírito de equipe.

V) Os alunos ficam muitos anos na EDSP até completarem sua formação, e podem ser admitidos a partir dos 8 anos de idade. Eles vêm das mais diversas camadas socioeconômicas e culturais da cidade, a oportunidade de participação em Festival, torná-los-ão mais seguros, evitando a possibilidade de rejeição e isolamento.

VI) Se não for pela contratação de agência de viagem, na qual concentrará a disposição de todos os serviços necessário, e buscando pela eficiência nos processos de contratação de serviços, bem como a transparência no uso dos recursos públicos e a garantia de uma competição justa entre os fornecedores.

- 2.5.** As especificações detalhadas no item 1, especialmente no que tange ao padrão de alojamento e logística de transporte (item 1.12), fundamentam-se no Art. 18 da Lei 14.133/2021, visando garantir a eficiência operacional e a segurança dos alunos da EDASP durante o Festival de Joinville, assegurando o tratamento isonômico e a seleção da proposta mais vantajosa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1.** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice/anexo deste Termo de Referência.
- 3.2.** Importante ressaltar que a presente contratação tem todas as demandas de serviços agregadas em lote único, visando três princípios da Administração Públicas, por um lado, o princípio da (i) integralidade da solução e a (ii) eficiência na gestão da contratação dos serviços considerando a natureza do objeto; que consiste na logística de participação de corpos artísticos composto majoritariamente por estudantes menores de idade em um festival de alta complexidade e densidade técnica exigindo uma severa coordenação de horários, locais e fluxos operacionais todos os itens da contratação. Havendo múltiplos contratos, a Administração Pública seria

obrigada a atuar como gerenciadora de conflitos de responsabilidade civil entre os fornecedores (onde um prestador imputaria a culpa pelo descumprimento contratual ao outro), gerando ineficiência operacional, aumento do custo de gestão e risco iminente de prejuízo ao erário e à integridade dos alunos. Eventuais atrasos no transporte rodoviário impactariam diretamente os horários de check-in hoteleiro e o fornecimento de refeições. A centralização das obrigações em um único fornecedor garante um canal único de comunicação e responsabilização integral perante a fiscalização do contrato. Ademais, a força de trabalho da máquina pública para gerenciar e liquidar despesas de 2 ou mais contratos distintos superaria de longe qualquer suposta margem de economia que o fracionamento pudesse apresentar. No mesmo sentido, a (iii) economia de escala nos serviços demandados permite centralizar o escopo integral do serviço em uma única concorrência, via pregão eletrônico, atraindo o interesse de operadoras de turismo e agências de viagens que possuem poder de barganha e tabelas diferenciadas junto à rede hoteleira de Joinville e demais serviços integrados. Dessa forma, restando demonstrado que o agrupamento em lote único é a opção técnica e economicamente mais vantajosa, apta a garantir a integridade da execução logística da EDASP.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1.** Trata-se de serviço comum, por escopo, a ser contratado, em lote único, mediante pregão, conforme art. 29 e 17 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, bem como nos pressupostos do art. 21 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022.

- 4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.4.** O critério de seleção do fornecedor será pelo MENOR PREÇO TOTAL ofertado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1.** Conforme Estudo Técnico Preliminar, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1.** Contratação de serviço comum por escopo, de empresa especializada em fornecer serviços de agenciamento relacionados a viagens, atendendo as necessidades essenciais para manter um grupo pertencente a Escola de Dança de São Paulo, da Diretoria de Formação, em segurança, em deslocamento para outro estado, para participação em Festival de Dança, evento artístico pedagógico.
- 5.1.2.** Contratação de agência de viagem para a prestação dos serviços de seguro viagem, traslado rodoviário interestadual entre São Paulo/SP e Joinville/SC (ida e volta), passagem aérea do Aeroporto de Guarulhos/SP ou Congonhas/SP para JOI/SC (ida e volta), com serviço de traslados locais em Joinville, hospedagem com café da manhã e fornecimento de água mineral, bem como alimentação completa, incluindo: 02 (duas) refeições diárias, 02 (dois) almoços realizados durante o trajeto rodoviário (nos dias de ida e volta) e 01 (um) lanche diário durante o período de viagem da equipe da Fundação Theatro Municipal e os estudantes da EDASP.
- 5.1.3.** Os veículos utilizados para o transporte interestadual deverão estar em bons estados e devidamente habilitado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- 5.1.4.** Os lanches fornecidos deverão ser produzidos em unidade de processamento de alimentos que estejam em condições sanitárias satisfatórias, em estabelecimentos com licença de funcionamento.

5.1.5. Os hotéis de hospedagem do grupo estejam em condições regulares de segurança, inclusive com suas licenças e alvarás em regularidade.

5.1.6. A CONTRATADA deverá prover o ônibus devendo ter expedida a Licença para Transporte Interestadual para operar viagens interestaduais, emitida pelos órgãos reguladores competentes, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no Brasil, no caso da viagem interestadual, e municipal, no caso de Joinville.

5.1.7. O estado de conservação e a manutenção do ônibus que será utilizado na viagem deve incluir a verificação das condições dos pneus e suas calibrações, freios, óleo, água, sistemas de iluminação, suspensão e demais equipamentos mecânicos e de segurança do veículo.

5.1.8. O ônibus deverá ser segurado, incluindo seguro para passageiros em caso de acidentes, deverá ser equipado com itens de segurança obrigatórios, como extintores de incêndio, kits de primeiros socorros e sinalização de emergência.

5.1.9. A prestação do serviço de transporte interestadual deverá observar os seguintes requisitos quanto à equipe de condução:

5.1.9.1. A viagem deverá ser realizada com dois motoristas profissionais, devidamente habilitados na categoria “D” ou superior, com registro ativo nos órgãos de trânsito competentes e experiência comprovada em transporte coletivo interestadual de passageiros.

5.1.9.2. Os motoristas deverão apresentar bom histórico de segurança viária, sem registros de infrações graves ou gravíssimas nos últimos 12 (doze) meses.

5.1.9.3. A jornada de trabalho dos motoristas deverá observar integralmente a legislação vigente, em especial a Lei nº 13.103/2015, com revezamento adequado, períodos regulares de descanso e alimentação garantidos, conforme as normas da ANTT e CLT.

5.1.9.4. A empresa de agenciamento de viagem deverá possuir apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para danos materiais ou corporais causados a terceiros durante a viagem, incluindo despesas com indenizações e honorários advocatícios em caso de processos judiciais.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1.** Deverão ser observados os requisitos definidos pela Lei nº 17.260, de 08 de janeiro de 2020, assim como as determinações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União – AGU, no que couber.

7. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

- 7.1.** Não se enquadra no presente objeto.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1.** O início da execução do objeto será após a emissão da ordem de início/serviço à CONTRADADA, devendo esta indicar o PREPOSTO para contato imediato a fim de alinhar a logística operacional da viagem com o Fiscal de Contrato e a Coordenação da Escola de Dança de São Paulo, quanto à disposição dos serviços contratados.
- 8.2.** Os serviços serão prestados no município de São Paulo - SP e de Joinville – SC.

8.2.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo, conforme já especificado e determinado no item 1.2. deste Termo de Referência:

8.2.1.1. As reservas de hospedagem em Joinville para a estadia dos 61 integrantes da comitiva da EDASP durante o período indicado, comunicando a CONTRATANTE sobre o hotel de estadia;

8.2.1.2. O hotel deverá estar em condições regulares de funcionamento e possuir atualizadas as licenças locais de funcionamento para prestar serviços de hospedagem, seja licença sanitária e/ou alvará regular.

8.2.1.3. Fornecimento de ônibus semileito para traslado de São Paulo, SP à Joinville, SC (ida e volta), e ônibus local em Joinville, comunicando a CONTRATANTE sobre a(s) empresa(s) contratada(s), conforme a programação indicada no quadro do item 1.2. deste Termo de Referência;

8.2.1.4. A empresa prestadora desse serviço deverá estar habilitada para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, sob regime de autorização e fretamento, observando a Resolução nº 4.777/2015.

8.2.1.5. O(s) motorista(s) que a CONTRATADA dispôr, deverá ter a habilitação na categoria D, estar devidamente identificado com crachá e camisa da empresa pertencente.

8.2.1.6. Os veículos deverão estar em ótimo estado, higienizados, com ar-condicionado, e suas licenças em vigência.

8.2.1.7. Nos deslocamentos diários em Joinville poderá serem realizados trajetos para Ginásio, hotel de hospedagem da equipe, e outras atividades pedagógicas-artísticas que tenham relação com a EDASP, desde que não exceda o limite máximo diário de 70 km/dia de percurso local percorrido.

8.2.1.8. Provisão de refeição de almoço e janta no período da estada em serviço de buffet, comunicando a CONTRATANTE sobre o restaurante, se for o caso.

8.2.1.9. É expressamente vedado o repasse de dinheiro, cartão de crédito ou cartões financeiros em nome de pessoa física ou jurídica da CONTRATADA ou outrem, como meio de fornecimento de provisão e pagamento de refeições à Comitativa da EDASP.

8.2.1.10. Provisão de lanches diários à equipe da EDASP, sendo 01 por dia, no período de 22/07 a 02/08, comunicando a CONTRATANTE sobre a empresa, se for o caso, conforme a programação disposta no item 1.2. deste Termo de Referência.

8.2.1.11. Seguro viagem para a equipe da EDASP, na forma disposto no item 1.2. deste Termo de Referência.

8.3. Todos esses serviços, após a efetiva contratação e subcontratação deverão ser repassados pelo Preposto da CONTRATADA à Fiscal da CONTRATANTE, a fim de alinhamento e logística operacional da Equipe da EDASP.

8.4. Para o desenvolvimento do objeto desta proposta, a CONTRATADA, poderá subcontratar a execução dos serviços, quando a complexidade, a especificidade e/ou prazo para a sua execução assim o exigirem, exceto no serviço de seguros.

8.5. Ademais, seguem todas as disposições constantes no item 1. deste Termo de Referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. A presente contratação engloba a disponibilização de material de consumo, tais como: alimentação e água mineral, nas quantidades estimadas no quadro do item 1.2. neste Termo de Referência.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1.** A presente demanda tem como base a análise de cenários de viabilidade técnica e econômica para a contratação de pessoa jurídica especializada no agenciamento de viagens, com o objetivo de viabilizar o deslocamento interestadual de grupos de 59 (cinquenta e nove) pessoas da cidade de São Paulo/SP até a cidade de Joinville/SC, e seu respectivo retorno, para participação no 44º Festival de Dança de Joinville.
- 10.2.** A contratação deverá contemplar os seguintes serviços integrados: transporte rodoviário interestadual (ida e volta), com ônibus semileito, com capacidade para transportar no dia 22/07/2026, 24 passageiros e, posteriormente, no dia 26/07/2026, mais 35 pessoas, com o retorno previsto no dia 02/08/2026 das 59 pessoas, equipado com ar-condicionado, banheiro interno higienizado, bagageiros compatíveis com o volume de figurinos e materiais cênicos, e disponibilidade de 500ml de água mineral por passageiro por trecho interestadual; os traslados locais diários em Joinville, de até 70 km/dia entre hotel, Ginásio Centревentos Cau Hansen, restaurantes e demais locais vinculados às atividades pedagógico-artísticas previstas na programação da Escola de Dança de São Paulo (EDSP); seguro viagem para todos os participantes durante o período total da viagem, com cobertura compatível com deslocamentos interestaduais coletivos; hospedagem com café da manhã incluso, preferencialmente em um único hotel, com infraestrutura adequada, incluindo fornecimento de água mineral (1 litro por pessoa por dia); alimentação completa, incluindo almoços, jantares e kit-lanches diários, respeitando critérios nutricionais.
- 10.3.** Os serviços atenderão aos estudantes bailarinos regularmente matriculados nos cursos da Escola de Dança de São Paulo, aprovados em processo seletivo interno para representação institucional no referido festival, sob coordenação da Coordenação da EDASP, da Diretoria de Formação e da Diretoria Geral da Fundação Theatro Municipal de São Paulo. A proposta deverá considerar ainda as

especificidades logísticas e operacionais do evento, com programação detalhada no quadro do item 1.2. deste Termo de Referência e as demais posteriormente serão divulgadas pela CONTRATANTE.

11. UNIFORMES

- 11.1.** A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 2 (duas) camisas ou camiseta ao(s) motorista(s) de ônibus que identifique a empresa, e ainda fornecer crachá com nome, foto e identificação.
- 11.2.** Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada na execução do serviço. As peças devem ser confeccionadas com tecido, material de qualidade e tamanho adequado, sendo confortável ao trabalhador.
- 11.3.** O item não terá qualquer repasse do custo para o empregado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;
 - 12.2.1.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida;

- 12.3.** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 12.6.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.7.** Realizar avaliação da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 13.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4.** Utilizar empregados devidamente habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- 13.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto Federal nº 7.203, de 2010;
- 13.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.7.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos.
- 13.8.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.9.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, com estrita observância ao Instrumento Convocatório, à Proposta de Preços e a Legislação vigente.
- 13.10.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

- 13.13.** Manter a compatibilidade com as condições de habilitação e com as condições de qualificação exigidas ao longo do procedimento licitatório, conforme edital e respectivos anexos, bem como das obrigações assumidas durante toda a execução do contrato.
- 13.14.** Prestar os serviços nas datas, horários e locais a serem informados pela CONTRATANTE.
- 13.15.** Prover os serviços contratados com mão de obra adequada e capacitada em todos os níveis de trabalho.
- 13.16.** Prestar os serviços necessários à correção e revisão de falhas, vícios ou defeitos verificados no trabalho sempre que forem imputáveis à CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE. Neste caso específico, se as falhas, vícios ou defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação de sanção administrativa.
- 13.17.** Responder pelos serviços que executar na forma do edital e da legislação aplicável.
- 13.18.** Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados pela CONTRATANTE.
- 13.19.** Atender a todos os ditames da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e fiscal cabíveis. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, cíveis e comerciais, não implicará em transferência da responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do presente Contrato.
- 13.20.** A responsabilidade da CONTRATADA por danos causados diretamente a terceiros ou à CONTRATANTE não será excluída ou reduzida pela presença de fiscalização de ambas as partes, ou pelo acompanhamento da execução contratual pela própria Fundação Theatro Municipal de São Paulo;
- 13.21.** Manter os canais de contato com a empresa acessíveis para a CONTRATANTE, em quaisquer etapas dos serviços.
- 13.22.** Apresentar o objeto do presente Termo de Referência nos locais, datas e horários indicados pela FTMS, em condições de executar o transporte solicitado e devidamente abastecido para o cumprimento do trajeto previamente indicado;

- 13.23.** Arcar com todas as despesas referentes à mão-de-obra, refeições dos empregados, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, estacionamentos em locais de eventos e atividades, pedágios, contribuições para a Previdência Social e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto deste termo, assim como outros tributos e/ou impostos que venham a ser instituídos, sejam em âmbito Federal, Estadual e/ou Municipal, ficando a FTMSP excluída de qualquer solidariedade e responsabilidade civil, fiscal ou tributária;
- 13.24.** A CONTRATADA deverá arcar com quaisquer despesas relacionadas com prêmios de seguros efetuados para proteção de seu pessoal, dos objetos transportados, de seus bens e de bens de terceiros que estiverem sob responsabilidade da CONTRATADA, vinculados ao instrumento contratual e/ou em observância a legislação em vigor;
- 13.25.** A CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE livre e salvo de quaisquer reclamações relativas a perdas e danos e/ou prejuízos sofridos por seu pessoal, equipamento ou materiais incluindo franquias de seguros, ou por danos e/ou prejuízos causados a terceiros, quer tenha adotado a assunção de riscos totais ou parciais;
- 13.26.** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA os possíveis danos causados por colisões, roubo e incêndio aos veículos utilizados no atendimento do objeto deste Termo de Referência;
- 13.27.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e pelo Decreto Municipal nº. 62.100/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.28.** As comunicações entre a instituição CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 13.29.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 13.30.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput, bem como Decreto Municipal nº. 62.100/2021.
- 13.31.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 13.32.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 13.33.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 13.34.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 13.35.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 13.36.** O gestor do contrato irá coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 13.37.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 13.38.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 13.39.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 13.40.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar todos os itens, exceto o seguro viagem aos integrantes.
- 14.2.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 14.3.** Nos casos da terceirização da execução dos serviços não haverá qualquer relação contratual e/ou obrigações entre a CONTRATANTE e a(s) empresa(s) subcontratada(s) pela CONTRATADA, permanecendo a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita

execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) empresa(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao(s) serviço(s) técnico(s) especializado(s) terceirizado(s).

14.4. As subcontratações serão permitidas para os serviços de transportes interestadual e local, alimentação e hospedagem.

14.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica para serviços de seguro viagem.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.2. O acompanhamento de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 16.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 17.1.** A CONTRATADA deverá apresentar documento de medição de serviços realizados no âmbito da viagem.
- 17.2.** O documento deverá conter as informações relativas ao transporte interestadual e local, à hospedagem, às refeições e lanches diários e passagem aérea.
- 17.3.** A CONTRATADA não poderá repassar nenhum custo extra para faturamento, que não esteja previsto na sua proposta comercial, tais como custo de estacionamento e outros decorrentes, nenhum serviço extra além do que foi solicitado neste Termo de Referência.
- 17.4.** A CONTRATADA emitirá a nota fiscal de serviço, ou documento correspondente, após o término da realização de serviço com os documentos competentes fiscais.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 18.1.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

- 18.2.** O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e pelo fiscal da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as determinações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.
- 18.3.** O objeto será recebido definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do último recebimento provisório, após verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo de recebimento.
- 18.4.** Caso seja constatado que os serviços executados apresentem irregularidades, não correspondam às especificações deste termo ou não confirmem com as exigências declinados na proposta da CONTRATADA, ou estejam fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos produtos pelos corretos, no prazo de 06 (seis) horas, contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas em lei.
- 18.5.** O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo, verificadas posteriormente.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1.** O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas.
- 19.1.1.** Estando em termos a documentação apresentada pela CONTRATADA, o pagamento da primeira parcela, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da proposta, com base no §1º do art. 145 da Lei 14.133/2021, será efetuado no ato da assinatura do contrato, respeitado o prazo legal de liquidação, mediante apresentação de nota fiscal ou nota fiscal de fatura que retrate, em

parte ou no todo, o valor dos custos operacionais da CONTRATADA, visando garantir a reserva das acomodações necessárias para estadia no município sede do evento.

19.1.2. O pagamento da segunda parcela será efetuado ao término da prestação de serviço, efetuados em 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do ateste da fiscalização, mediante a apresentação das correspondentes notas fiscais.

19.1.3. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do ateste da fiscalização, mediante a apresentação das correspondentes notas fiscais.

19.1.4. Estão inclusos no valor total desta prestação de serviços, todos os tributos, taxas e/ou encargos de qualquer natureza devidos aos poderes públicos, quer sejam eles federais, estaduais ou municipais, diretamente relacionados com o objeto desta contratação, comprometendo-se a CONTRATADA a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente.

19.1.5. Caso sejam necessárias providências complementares pela CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

19.1.6. O pagamento e, inclusive, a antecipação bancária à CONTRATADA será efetuado EXCLUSIVAMENTE por crédito em conta corrente do BANCO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

19.1.7. Quaisquer pagamentos efetuados não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

20.1. Não haverá atualização financeira e/ou reajuste de preços.

21. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1.** Não será exigida garantia para a execução dos serviços contratados.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1.** Comete infração administrativa nos termos do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prestador de serviço que:

22.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

22.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

22.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;

22.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

22.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.1.9. O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.1.10. Advertência pela falta do subitem 22.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

22.1.11. Multa sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do prestador do serviço, por qualquer das infrações dos subitens 22.1.1 a 22.1.8;

22.1.12. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 22.1.2 a 22.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

22.1.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, no caso do subitem 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 22.1.2 a 22.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 22.2.3.

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

22.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

22.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

22.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.2.5. implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3 e 22.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, quando deixar de:		

4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
6	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos.	01

Obs: Todas as eventualidades foram previstas

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

- 22.5.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.5.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.5.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.7.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da FTM, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da PMSP e cobrados judicialmente.
- 22.8.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 23.1.** A solução será viabilizada por fornecedor selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade de pregão eletrônico, conforme determina o inciso XLI do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento de menor preço total ofertado, desde que atendendo aos requisitos da contratação.
- 23.2.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista, bem como os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são os assinalados no instrumento convocatório.
- 23.3.** A CONTRATADA deverá ter experiência no serviço de agenciamento de viagens interestaduais, devendo estar registrada no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, do sistema do Ministério do Turismo, como condição de habilitação, que será verificada pelo Pregoeiro mediante acesso ao site eletrônico: <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/>.
- 23.4.** O(s) hotel (éis) deverá(ão) possuir comprovação de regularidade perante os órgãos reguladores e fiscalizadores do setor hoteleiro, mediante apresentação de registro ativo no CADASTUR (Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas do Ministério do Turismo), em plena validade.
- 23.5.** Na fase de habilitação técnica do certame licitatório, a licitante deverá encaminhar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em seu nome, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, sem estipulação de limitação de tempo ou de época pretérita, em estrita observância ao art. 67, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 23.5.1.** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, ou com assinatura digital, por autoridade ou representante de quem o(s) expediu e com a devida identificação.
- 23.6.** Critério de aceitabilidade do preço: **MENOR PREÇO TOTAL**

- 23.7.** As regras de desempate entre propostas são discriminadas no instrumento convocatório.
- 23.8.** Destaca-se que não houve nenhuma contratação de objeto similar no decorrer do presente exercício no âmbito deste órgão CONTRATANTE.

24. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 24.1.** À luz do disposto no art. 32 do Decreto 62.100/2022 e no art. 24 da Lei 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação terá caráter sigiloso até a abertura da fase recursal do certame licitatório, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas comerciais.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 25.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, onerando a dotação 85.10.13.392.4032.6434.3.3.90.39.00.00.

RESUMO DA CONFIGURAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DA EDASP NO 43 EDIÇÃO DO FESTIVAL DE DANÇA DE JOINVILLE:

Categorias de Competição	Modalidade	Ida – Embarque da FTMSP/EDASP	Apresentação dos Grupos	Final/Noite Campeões
Solo	Neoclássico / Variação	22/07	22/07	
Júnior	Neoclássico / Contemporâneo	22/07	24/07	31/07
Sênior	Neoclássico/ Contemp. / Clássico	26/07	29/07	01/08

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Número do Processo Administrativo

8510.2026/0000397-7

2. Preenchendo a descrição da necessidade

A Fundação Theatro Municipal de São Paulo, por meio da Diretoria de Formação, é responsável pela gestão pedagógica e institucional da Escola de Dança de São Paulo (EDSP), cuja missão é oferecer formação artística gratuita, de qualidade e acessível à população, com cursos regulares e livres voltados à linguagem da dança. No contexto das atividades pedagógico-artísticas, a participação da EDSP em eventos culturais e educacionais de abrangência nacional configura-se como ação estratégica para o fortalecimento dos processos formativos, a promoção da arte e da cultura e a valorização do ensino público especializado.

Neste sentido, a participação da EDSP no 43º Festival de Dança de Joinville, que ocorrerá em julho de 2026, exige a viabilização de toda a estrutura necessária para o deslocamento e permanência do grupo em outro estado da federação, compreendendo alunos e equipe técnica. O evento representa uma oportunidade única de projeção institucional e de aprofundamento da experiência artística e pedagógica dos estudantes, por meio da participação em espetáculos, oficinas e intercâmbios formativos.

Contudo, a Fundação Theatro Municipal de São Paulo não dispõe de meios logísticos, operacionais ou humanos para garantir, com estrutura própria, os elementos essenciais para a realização da viagem. A instituição não possui frota de veículos apropriados, nem equipe para coordenação de traslados interestaduais e locais; tampouco dispõe de infraestrutura para reserva direta de hospedagem, contratação de refeições ou gerenciamento de seguros. Além disso, dada a complexidade e o volume de serviços envolvidos, seria inviável operacionalizar essa logística por meio de múltiplas contratações fragmentadas.

Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada do ramo de agenciamento de viagens, capaz de fornecer, de forma centralizada, os serviços de transporte rodoviário interestadual (ida e volta), traslado local em Joinville, hospedagem com café da manhã, seguro viagem, alimentação (almoço e jantar), lanches e fornecimento diário de água mineral para o grupo, apresenta-se como a solução técnica e economicamente mais viável.

A estimativa atual contempla a participação de 61 (sessenta e uma) pessoas, entre estudantes regularmente matriculados na EDSP e membros da equipe técnica e pedagógica da instituição. O período total da viagem será de 12 (doze) dias e 11 (onze) noites, compreendendo o transporte de ida em 22 de julho de 2026 e o retorno em 02 de agosto de 2026.

O fornecimento dos serviços deverá respeitar padrões mínimos de qualidade, conforto e segurança, garantindo que os grupos estejam adequadamente hospedados em até dois hotéis (a partir de 3 estrelas de ranking no serviço) localizados a no máximo 20 km do Ginásio Centreventos Cau Hansen, local oficial do festival. Os traslados locais, realizados por ônibus semileito ou executivo, deverão cobrir os deslocamentos diários entre hotel, ginásio, restaurantes e demais espaços formativos que compõem a programação do evento, com limite diário de até 70 km de rodagem.

A contratação deverá contemplar o fornecimento de refeições ao longo dos 12 (doze) dias de viagem, compreendidos entre 22 de julho e 02 de agosto de 2025, sendo previstas 12 (doze) refeições no período diurno (almoço) e 11 (onze) no período noturno, todas servidas em estabelecimentos do tipo buffet, com estrutura adequada ao atendimento de grupos. Deverá ser incluído, ainda, o fornecimento de 1 (um) lanche diário por participante, bem como 1 (um) litro de água mineral por dia.

Diante do exposto, destacamos:

- 1) A viagem é interestadual, do Estado de São Paulo, cidade de São Paulo, para o Estado de Santa Catarina, cidade de Joinville, a necessidade é de um ônibus semi-leito, com banheiro, água mineral e, no mínimo, assento para 40 pessoas, bagageiro, para transporte do grupo para ida (SP/SP para SC/Joinville) e retorno (de SC/Joinville para SP/SP).
- 2) A viagem contará com o traslado de três grupos distintos, sendo:
 - a. **Grupo I – Equipe Junior (24 pessoas)**, contando com 16 estudantes e 8 pessoas da equipe técnica, que sairá do estado de São Paulo em 22/07/2026 com data de retorno em 02/08/2026;
 - b. **Grupo II – Equipe Sênior (35 pessoas)**, contando com 29 estudantes e 6 pessoas da equipe técnica, que sairá do estado de São Paulo em 26/07/2026 com data de retorno em 02/08/2026;
 - c. **Grupo III – Diretores**, contando com 2 duas pessoas, que irão com passagens aéreas.
- 3) É necessária acomodação para garantir o descanso conveniente do grupo durante os dias de Festival, em hotel até, no máximo, 20 (vinte) km de distância do Centreventos Cau Hansen, em Joinville, local dos ensaios e apresentações, o grupo poderá ser dividido, no máximo, em 02 hotéis categoria a partir de 3 estrelas;
- 4) É importante e imprescindível o fornecimento de alimentação adequada para manter a energia e o bem-estar dos participantes ao longo do evento. Ressaltamos que o fornecimento de água e lanches é fundamental para manter os participantes hidratados e alimentados durante os dias de ensaios e eventos.
- 5) Se faz necessário os traslados locais para garantir a mobilidade dos grupos entre a hospedagem e os locais de apresentação e atividades relacionadas ao Festival, por isso, necessita-se de dois ônibus com, no mínimo, 40 assentos para tal;
- 6) O seguro viagem é indispensável em razão da segurança e proteção financeira da Municipalidade, uma vez que em caso de imprevistos, o grupo terá cobertura para despesas médicas. O atendimento médico de urgência em caso de doença ou lesões durante a viagem, é essencial para garantir uma experiência mais segura e tranquila. A presente demanda atende diretamente às diretrizes pedagógicas da EDSP e aos princípios institucionais da FTMSP, promovendo o acesso equitativo de seus estudantes às experiências culturais e formativas de alto impacto, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e qualidade no serviço público. Ademais, o período extenso da viagem (de 22 de julho a 02 de agosto de 2026) justifica-se pelas diversas modalidades em que a Escola de Dança de São Paulo foi selecionada para participar. A permanência é essencial para cobrir o cronograma oficial de ensaios, passagens de palco e apresentações competitivas. Conforme demonstrado no quadro abaixo, a logística foi planejada para atender aos requisitos específicos de cada grupo (Júnior e Sênior) e suas respectivas datas de exibição no festival:

SELECIONAR EVENTO	GÊNERO	SUBGÊNERO	CATEGORIA	COD.-COREOGRAFIA	VALOR	
<input checked="" type="checkbox"/>	MOSTRA COMPETITIVA	BALÉ CLÁSSICO DE REPERTÓRIO	CONJUNTO	SÊNIOR	025-DON QUIXOTE	R\$170,00
<input checked="" type="checkbox"/>	MOSTRA COMPETITIVA	BALÉ CLÁSSICO DE REPERTÓRIO	VARIAÇÃO FEMININA	JÚNIOR	026-SATANELLA/CARNAVAL DE VENEZA - SOMENTE OS SOLOS RELACIONADOS AO GRAND PAS DE DEUX DE URIELLE E FRÉDE	R\$170,00
<input checked="" type="checkbox"/>	MOSTRA COMPETITIVA	BALÉ NEOCLÁSSICO	CONJUNTO	JÚNIOR	024-FOLIA!	R\$170,00
<input checked="" type="checkbox"/>	MOSTRA COMPETITIVA	BALÉ NEOCLÁSSICO	CONJUNTO	SÊNIOR	022-ALLA MARCIA	R\$170,00
<input checked="" type="checkbox"/>	MOSTRA COMPETITIVA	BALÉ NEOCLÁSSICO	SOLO FEMININO	JÚNIOR	027-AO SOM DO PIANO	R\$170,00
<input checked="" type="checkbox"/>	MOSTRA COMPETITIVA	DANÇA CONTEMPORÂNEA	CONJUNTO	JÚNIOR	021-AQUILO QUE (NOS) ATRAVESSA	R\$170,00
<input checked="" type="checkbox"/>	MOSTRA COMPETITIVA	DANÇA CONTEMPORÂNEA	CONJUNTO	SÊNIOR	023-HUMAN_IA	R\$170,00

TOTAL DE COREOGRAFIAS: 7

VALOR TOTAL: R\$1.190,00

Imagem 1: Tabela de modalidades de dança selecionadas

3. Informando a Área Requisitante

Fundação Theatro Municipal / Diretoria de Formação

4. Descrevendo os Requisitos da Contratação

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os serviços descritos no Termo de Referência, seguindo atentamente as especificações técnicas, operacionais e legais para viabilizar, com qualidade, segurança e eficiência, a participação da Escola de Dança de São Paulo (EDSP) no 43º Festival de Dança de Joinville.

4.1.1. A contratação deverá contemplar os seguintes serviços, considerando datas e quantidade de alunos distintas: transporte rodoviário interestadual (ida e volta), com ônibus semileito, com capacidade para transportar no dia 22/07/2026, 24 passageiros e, posteriormente, no dia 26/07/2026, mais 35 pessoas, com o retorno previsto no dia 02/08/2026 das 59 pessoas, equipado com ar-condicionado, banheiro interno higienizado, bagageiros compatíveis com o volume de figurinos e materiais cênicos, e disponibilidade de 500ml de água mineral por passageiro por trecho interestadual; os traslados locais diários em Joinville, de até 70 km/dia entre hotel, Ginásio Centventos Cau Hansen, restaurantes e demais locais vinculados às atividades pedagógico-artísticas previstas na programação da Escola de Dança de São Paulo (EDSP); seguro viagem para todos os participantes durante o período total da viagem, com cobertura compatível com deslocamentos interestaduais coletivos; hospedagem com café da manhã incluso, preferencialmente em um único hotel, com infraestrutura adequada, incluindo fornecimento de água mineral (1 litro por pessoa por dia); alimentação completa, incluindo almoços, jantares e kit-lanches diários, respeitando critérios nutricionais.

4.1.2. Quadro-resumo do cronograma de transporte interestadual:

Grupo I – Equipe Junior:

Data para saída de SP	Quantidade de alunos EDSP	Quantidade de equipe técnica EDSP e FTM	Data de Retorno a SP
22 de julho	16	8	02 de agosto
Horário de saída de SP – Joinville no dia 22/07: 07h da manhã			
Horário de Retorno de Joinville – SP no dia 02/08: 9h da manhã			

Grupo II – Equipe Sênior:

Data para saída de SP	Quantidade de alunos EDSP	Quantidade de equipe técnica EDSP e FTM	Data de Retorno a SP
26 de julho	29	6	02 de agosto
Horário de saída de SP – Joinville no dia 26/07: 07h da manhã			
Horário de Retorno de Joinville – SP no dia 02/08: 10h da manhã			

4.2. Os serviços deverão contemplar:

4.2.1. Transporte rodoviário interestadual, em ônibus do tipo semileito, com capacidade mínima para 40 passageiros, para o transporte do **grupo I**, devidamente licenciado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em perfeitas condições de funcionamento, higienizado e equipado com ar-condicionado, banheiro interno, cintos de segurança, bagageiros adequados ao transporte de figurinos e materiais cênicos, extintores, kit de primeiros socorros e sinalização de emergência. O ônibus deverá dispor de seguro com cobertura para passageiros em caso de acidente e estar apto a trafegar interestadualmente.

4.2.2. Transporte rodoviário interestadual, em ônibus do tipo semileito, com capacidade mínima para 40 passageiros, para o transporte do **grupo II**, devidamente licenciado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em perfeitas condições de funcionamento, higienizado e equipado com ar-condicionado, banheiro interno, cintos de segurança, bagageiros adequados ao transporte de figurinos e materiais cênicos, extintores, kit de primeiros socorros e sinalização de emergência. O ônibus deverá dispor de seguro com cobertura para passageiros em caso de acidente e estar apto a trafegar interestadualmente.

4.2.3. Equipe de condução composta por dois motoristas profissionais devidamente habilitados na categoria “D” ou superior, com experiência comprovada em transporte coletivo interestadual, sem registros de infrações graves nos últimos 12 meses, e com treinamento atualizado em primeiros socorros. A jornada de trabalho deverá respeitar integralmente a legislação vigente, com períodos de descanso conforme exigido pela Lei nº 13.103/2015 e pela ANTT.

4.2.3. Traslados locais diários no município de Joinville, com veículo apropriado (ônibus executivo ou semileito) para os deslocamentos da comitiva entre hotel, Ginásio Centревentos Cau Hansen, restaurantes e demais locais de interesse pedagógico e artístico, respeitando o limite de até 70 km de rodagem por dia. O veículo deverá apresentar condições semelhantes ao transporte interestadual.

4.2.4. Hospedagem para 61 pessoas em até dois hotéis, na categoria de quatro estrelas, em acomodações com condições regulares de funcionamento, alvarás atualizados e estrutura adequada para o descanso dos participantes, incluindo espaço de convivência ou sala para reuniões pedagógicas, localizados a no máximo 20 km do Ginásio Centревentos Cau Hansen, com quartos duplos, triplos, quádruplos, preferencialmente com camas individuais.

4.2.4.1. Configuração e Distribuição dos Quartos por Grupo: A CONTRATADA deverá disponibilizar as acomodações respeitando rigorosamente a seguinte distribuição de gênero e tipologia de quartos para atender à comitiva:

- **Grupo 1 – Equipe Júnior (24 pessoas no total):** Composto por 16 estudantes (sendo 12 meninas e 4 meninos) a serem alocados em quartos triplos ou quádruplos, e 8 profissionais da equipe técnica (com reserva obrigatória de 3 quartos individuais, sendo os demais distribuídos em quartos duplos ou triplos);
- **Grupo 2 – Equipe Sênior (35 pessoas no total):** Composto por 29 estudantes (sendo 20 meninas e 9 meninos) e 6 profissionais da equipe técnica. A distribuição exigida compreende quartos triplos (2), quádruplos (6), duplos (1) e quartos individuais (5) destinados à equipe;
- **Individuais (Diretoria):** Acomodação individual para o Diretor Geral (1 pessoa) e para o Diretor de Formação (1 pessoa).

4.2.5. Fornecimento de café da manhã, exclusivamente no hotel de hospedagem, com serviço de buffet variado, contendo no mínimo bebidas quentes (café, leite, chá), sucos naturais ou integrais, pães diversos, frutas frescas, cereais, frios, bolos e opções vegetarianas. O serviço deverá estar disponível preferencialmente entre 7h e 9h.

4.2.6. Alimentação principal composta por 12 almoços e 11 refeições noturnas, servidas em estabelecimentos do tipo buffet, com infraestrutura adequada para atendimento de grupos, assegurando variedade, segurança alimentar, qualidade nutricional e inclusão de opções vegetarianas, sem glúten e sem lactose, conforme necessidade da comitiva.

4.2.7. Fornecimento de 1 (um) lanche diário por pessoa, devidamente embalado em kits individuais, contendo identificação nutricional e data de validade. Os lanches deverão ser entregues durante os 12 dias da viagem, conforme programação acordada.

4.2.8. Distribuição diária de 1 (um) litro de água mineral por integrante, ao longo dos 12 dias de viagem, com acondicionamento adequado e controle de entrega por parte da CONTRATADA.

4.2.9. Contratação de seguro viagem com cobertura compatível com deslocamentos interestaduais e permanência fora do município de origem, contemplando assistência médica em casos de urgência e emergência, e retorno antecipado, quando necessário.

4.2.10. Identificação visual obrigatória dos motoristas designados para a viagem, mediante o uso de camisetas ou camisas com o nome da empresa, bem como crachá funcional com nome e foto visíveis.

4.2.11. Toda a prestação dos serviços deverá ocorrer sob acompanhamento da fiscalização da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, com apoio da Coordenação da EDSP, sendo vedado o repasse de valores ou responsabilidade direta aos integrantes da comitiva. A CONTRATADA deverá manter canal permanente de comunicação com o preposto da CONTRATANTE para alinhamento logístico, resolução de imprevistos e ajustes operacionais.

4.3. Os veículos utilizados para transporte interestadual deverão estar em bom estado de conservação, com manutenção em dia e devidamente habilitados pela ANTT.

4.4. Em relação aos critérios de seleção, a habilitação da futura CONTRATADA se dará se houver experiência comprovada na prestação de serviços de agenciamento de viagens interestaduais, estando devidamente registrada no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do sistema do Ministério do Turismo, como condição de habilitação, a ser verificada no endereço eletrônico <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/>. Inclui-se também que o hotel ou hotéis a serem utilizados estejam também cadastrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), a ser verificado na habilitação

5. Levantamento de Mercado

Informação sigilosa

6. Análise de Riscos

A presente análise de riscos tem por objetivo identificar os principais eventos que possam comprometer a adequada execução do objeto contratual, classificando-os conforme sua probabilidade de ocorrência e o grau de impacto estimado.

Eventos	Probabilidade	Impacto	Responsabilidade
Inadequação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.	Baixa	Médio	CONTRATANTE
Atraso na consecução de cada etapa do projeto.	Médio	Alto	CONTRATADA
Inadequação dos projetos básicos para provimento dos serviços na qualidade, quantidade e prazo.	Alto	Alto	CONTRATADA

Modificações das especificações dos serviços.	Médio	Alto	CONTRATANTE
Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão CONTRATANTE.	Alta	Alto	CONTRATANTE
Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas vigentes.	Médio	Alto	CONTRATADA
Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.	Baixa	Médio	CONTRATANTE
Dificuldade de atendimento ao cronograma físico-financeiro inicialmente previsto.	Médio	Alto	CONTRATADA
Desafios técnicos imprevistos durante a viagem e permanência em outro Estado, como questões inesperadas que podem exigir soluções adicionais e recursos adicionais.	Médio	Alto	Compartilhada
Risco de exceder o orçamento previsto para a elaboração do projeto devido a custos adicionais incorridos.	Baixo	Alto	CONTRATANTE

7. A solução como um todo

A solução proposta neste documento consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, de forma integrada, com o objetivo de atender às necessidades operacionais e logísticas da participação da Escola de Dança de São Paulo (EDSP) no 43º Festival de Dança de Joinville. A demanda

envolve o deslocamento interestadual de estudantes e equipe técnica, bem como a garantia de condições adequadas de permanência, segurança e alimentação durante o período da viagem.

Considerando que a Fundação Theatro Municipal de São Paulo não dispõe de estrutura própria para a execução direta dos serviços necessários, como transporte rodoviário, hospedagem, alimentação, seguro e suporte logístico, constata-se a necessidade de contratação de pessoa jurídica com capacidade técnica e operacional para oferecer, de forma centralizada, todos os serviços previstos neste Estudo Técnico Preliminar.

A proposta contempla a realização de processo licitatório específico, observando os princípios da economicidade, eficiência, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal nº 62.100, de 2022. A empresa CONTRATADA deverá cumprir integralmente as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, assegurando a qualidade, a regularidade e a segurança na execução dos serviços.

Importante ressaltar que a unificação (Aéreo + Ônibus + Hotel + Buffet + Lanche) cumpre o *Princípio da Integralidade da Solução*, visto que separar a licitação do ônibus da licitação do hotel traria imenso risco operacional de desalinhamento de horários (ex: o ônibus chegar e os quartos não estarem disponíveis), por isso, a unificação em lote único é solução que aloca eficiência da logística operacional da presente demanda.

Outro ponto importante, é a antecipação de 30% (Art. 145, § 1º, da Lei 14.133/2021), com editais de agenciamento de eventos de grande porte (como o Festival de Joinville, que satura a rede hoteleira da região) trazem em seus anexos a previsão de pagamento antecipado parcial para garantia de sinal de reserva, exatamente como desenhamos no fluxo financeiro dessa contratação.

8. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

A presente estimativa tem como finalidade apresentar, de forma objetiva, os quantitativos previstos para a execução dos serviços a serem contratados, considerando o número de participantes, os dias de viagem e os deslocamentos previstos no roteiro. A tabela abaixo contempla os principais itens envolvidos, com base na programação preliminar e nas necessidades identificadas pela equipe da Escola de Dança de São Paulo (EDSP) para viabilizar a participação no 43º Festival de Dança de Joinville:

Grupo I – Equipe Junior:

Item	Quantidade Estimada
Rodagem local diária em Joinville	Até 70 km por dia de deslocamento urbano
Rodagem interestadual (ida e volta)	São Paulo até Joinville/SC, ida e volta
Hospedagem	11 diárias para 24 pessoas
Fornecimento de água mineral	288 litros
Refeições (almoço)	288 refeições
Refeições (jantar)	264 refeições

Kit lanche diário	288 unidades
Seguro viagem	Cobertura para 24 pessoas durante 12 dias

Grupo II – Equipe Sênior:

Item	Quantidade Estimada
Rodagem local diária em Joinville	Até 70 km por dia de deslocamento urbano
Rodagem interestadual (ida e volta)	São Paulo até Joinville/SC, ida e volta
Hospedagem	07 diárias para 35 pessoas
Fornecimento de água mineral	256 litros
Refeições (almoço)	280 refeições
Refeições (jantar)	245 refeições
Kit lanche diário	280 unidades
Seguro viagem	Cobertura para 35 pessoas durante 08 dias

9. Preenchendo a Estimativa do Valor da Contratação

Informação sigilosa

10. Justificando o Parcelamento ou não da Solução Demonstrando o Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme o disposto no §1º do Art.47 da **Lei nº 14.133/2021**, os critérios técnicos a serem considerados para a justificativa do parcelamento do presente objeto não se aplicam no presente.

11. Informando as Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A contratação em questão foi realizada no exercício anterior, tendo em vista que a Escola de Dança de São Paulo participa anualmente do processo seletivo para o Festival de Dança de Joinville. A execução da viagem está condicionada à aprovação da escola na etapa classificatória, de natureza competitiva. Contudo, no momento,

não existem contratações correlatas e/ou interdependentes. Dado o caráter não continuado da contratação, bem como o aspecto criativo do planejamento, promoção, organização e realização, o serviço é considerado comum.

12. Demonstrando o Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda não está contemplada no Plano Anual de Contratações, conforme prevê o Decreto Municipal nº 62.100/2022. Contudo, apesar de não estar incluída no PAC, a contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026.

Nesse sentido, pretende-se, ao efetivar essa demanda, garantir que a contratação seja incluída no PAC e permaneça na LOA 2026, assegurando a continuidade do serviço necessário para as escolas e a regularidade do processo para os anos subsequentes. A contratação do serviço de agenciamento de viagem estará alocada como despesa no projeto atividade **85.10.13.392.4032.6434.3390390000** - “Ações de Formação das Escolas de Música e Dança do Teatro Municipal e da Praça das Artes”, no elemento de despesa da 3900 - Contratação de pessoa jurídica.

13. Informando os Resultados Pretendidos

13.1. A participação da Escola de Dança de São Paulo no 43º Festival de Dança de Joinville tem como resultado esperado a ampliação do processo formativo dos estudantes, por meio da vivência artística em um dos eventos mais relevantes da dança no cenário nacional e internacional. Trata-se de uma oportunidade concreta de integração entre teoria e prática, permitindo que os alunos experimentem contextos reais de apresentação pública, convivam com diferentes linguagens e estéticas da dança, e estabeleçam trocas significativas com outras escolas e profissionais da área.

13.2. A iniciativa contribui para o fortalecimento das competências técnicas, expressivas e sociais dos participantes, ao mesmo tempo em que estimula o trabalho coletivo, a autonomia, a responsabilidade e o senso de pertencimento institucional. Ao vivenciar a rotina de ensaios, apresentações e circulação em ambiente artístico-cultural, os alunos são estimulados a desenvolver disciplina, empatia e valorização da diversidade cultural.

13.3. Do ponto de vista institucional, a presença da FTMSPP em eventos de grande porte, representada pela EDSP, reafirma seu compromisso com a formação integral em arte e cultura, projeta sua atuação para outros estados e países, fortalece sua reputação e contribui para a consolidação de sua imagem pública. Além disso, ações como esta ampliam a visibilidade da escola, podendo atrair novos estudantes, colaboradores e parcerias estratégicas.

13.4. Por fim, destaca-se que a participação em festivais dessa natureza promove experiências que extrapolam o espaço da sala de aula e reverberam no processo de formação cidadã dos estudantes, contribuindo para sua inserção ativa e qualificada no campo artístico-cultural e na sociedade como um todo.

14. Registrando as Providências a serem adotadas

Previamente à celebração do contrato, serão adotadas as seguintes providências:

Planejamento da Contratação:

- Realização de um estudo de viabilidade para assegurar que o objeto da contratação possa ser efetivamente executado conforme as especificações e prazos estabelecidos.
- Análise detalhada das necessidades da unidade educacional, incluindo a quantidade de integrantes, seguros, refeições e demais itens, para garantir que todos os requisitos sejam plenamente atendidos.

Confecção do Termo de Referência e Edital de Licitação:

- Elaboração de um termo de referência detalhado que inclua todas as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições de prestação de serviço, assegurando a clareza e a precisão das informações.
- Preparação do edital de licitação com base no termo de referência, definindo claramente os critérios de habilitação, julgamento e seleção das propostas, de forma a garantir a transparência e a competitividade do processo licitatório.

Monitoramento e Avaliação:

- O acompanhamento da execução contratual será realizado pela equipe responsável da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, com apoio da Coordenação da Escola de Dança de São Paulo, por meio da verificação direta da prestação dos serviços contratados. Serão observados aspectos como pontualidade nos traslados, adequação da hospedagem, fornecimento correto das refeições, lanches e água mineral, bem como o cumprimento do cronograma estabelecido. Eventuais falhas serão registradas e comunicadas formalmente à CONTRATADA para adoção das providências cabíveis.

15. Descrevendo os Possíveis Impactos Ambientais

- a) Consumo de Energia e Recursos: Hotéis e restaurantes consomem grandes quantidades de energia e água, além de produzirem resíduos, como embalagens de alimentos e produtos de higiene descartáveis.
- b) Não haverá impacto sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Locais uma vez que o destino da viagem não irá impactar ecossistemas sensíveis, como áreas protegidas, praias, florestas, entre outros. O turismo em massa poderia causar danos à flora e fauna locais, alterar habitats naturais e poluir ecossistemas aquáticos e terrestres, que não será o caso do grupo aqui citado.
- c) Poluição Atmosférica e Sonora: O aumento do tráfego de veículos pode resultar em poluição do ar e sonora, afetando a qualidade do ar e o bem-estar das comunidades locais; a cidade de Joinville, maior cidade do Estado de Santa Catarina, como abriga o Festival há 42 anos e considerada importante polo industrial no Sul do país, é exemplo de economia pujante e ótimos índices de qualidade de vida. A cidade conta com os trabalhos ambientais para tornar suas forças e belezas ainda mais evidentes. (Retirado do site <https://ambiental.sc/cidade-atendida/Joinville/>)
- d) Geração de Resíduos: O consumo de alimentos e bebidas, embalagens descartáveis, produtos de higiene e outros itens durante a viagem resultará na geração de resíduos sólidos. A gestão adequada desses resíduos, como reciclagem e compostagem, pode ajudar a reduzir esse impacto.
Para mitigar esses impactos, é importante que as agências de viagens adotem práticas sustentáveis, como a promoção do turismo responsável, a escolha de fornecedores e parceiros ambientalmente conscientes, o incentivo ao transporte público ou compartilhado, a minimização do desperdício de recursos e a educação dos viajantes sobre práticas sustentáveis durante a viagem. Além disso, os viajantes podem fazer escolhas conscientes, como evitar o desperdício de água e energia, optar por produtos locais e de baixo impacto ambiental e respeitar as normas e regulamentos locais.

16. Declarando a Viabilidade

Considerando os elementos expostos no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos serviços de agenciamento de viagens, com vistas à participação da Escola de Dança de São Paulo no 43º Festival de Dança de Joinville, é viável sob os aspectos técnico-operacional, econômico, ambiental e temporal. A estrutura proposta atende aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, sendo compatível com os objetivos institucionais da Fundação Theatro Municipal de São Paulo.

Ademais, no que tange à especificação técnica, destaca-se que, diferente de traslados locais, a solução aqui proposta demanda uma empresa com habilitação para transporte interestadual. Consultando a plataforma do PNCP, verificaram-se contratações similares para o Festival de Joinville, como o **ID PNCP 76016740000100-1-000084/2024**. **Ressalte-se que, embora se trate de uma contratação distinta em sua origem e rito, ela guarda estreita semelhança técnica no que diz respeito à exigência de regularidade junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).** Tal requisito é fundamental para garantir o seguro de responsabilidade civil obrigatório para trajetos que cruzam divisas estaduais, garantindo a segurança dos alunos da Escola de Dança de São Paulo durante todo o percurso. Dessa forma, esta Diretoria declara a viabilidade da contratação, recomendando a continuidade do processo para sua efetiva implementação.

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A..... (empresa) inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na....., nº....., telefone nºs....., e-mail....., propõe executar o objeto licitado, considerando todas as regras e condições previstas no edital de licitação e respectivos anexos, em especial na minuta contratual e no termo de referência, encartados no procedimento suprarreferido, pelos seguintes preços:

OBJETO	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Agenciamento de viagens para Joinville, incluindo transporte rodoviário, traslados, hospedagem, alimentação, transportes aéreos e seguros, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, anexo II do edital 90.003/2026	Transporte rodoviário, ida e volta, para 24 passageiros [GRUPO 1]	1	R\$	R\$
	Hospedagem de 11 diárias [GRUPO 1]*	24	R\$	R\$
	Traslado local para 25 passageiros pelo período de 11 dias [GRUPO 1]	1	R\$	R\$
	Refeições (almoço e jantar) [GRUPO 1]	552	R\$	R\$
	Lanche diário [GRUPO 1]	288	R\$	R\$
	Seguro viagem por pessoa [GRUPO 1]	24	R\$	R\$
	Transporte rodoviário, ida e volta, para 35 passageiros [GRUPO 2]	1	R\$	R\$
	Hospedagem de 7 diárias [GRUPO 2]	35	R\$	R\$
	Traslado local para 36 passageiros pelo período de 7 dias [GRUPO 2]	1	R\$	R\$
	Refeições (almoço e jantar) [GRUPO 2]	525	R\$	R\$
	Lanche diário [GRUPO 2]	280	R\$	R\$
	Seguro viagem por pessoa [GRUPO 2]	35	R\$	R\$
	Passagem aérea, ida e volta, para 01 passageiro [INDIVIDUAL 1]	1	R\$	R\$
	Hospedagem de 02 diárias [INDIVIDUAL 1]	1	R\$	R\$
	Refeições (almoço e jantar) [INDIVIDUAL 1]	4	R\$	R\$
	Lanche diário [INDIVIDUAL 1]	3	R\$	R\$
	Seguro viagem [INDIVIDUAL 1]	1	R\$	R\$
	Passagem aérea, ida e volta, para 01 passageiro [INDIVIDUAL 2]	1	R\$	R\$
	Hospedagem de 11 diárias [INDIVIDUAL 2]	1	R\$	R\$
	Refeições (almoço e jantar) [INDIVIDUAL 2]	20	R\$	R\$

	Lanche diário [INDIVIDUAL 2]	11	R\$	R\$
	Seguro viagem [INDIVIDUAL 2]	1	R\$	R\$

*Obs: Para calcular o valor total da hospedagem, multiplique o valor unitário pelo número de pessoas e depois pelo total de diárias.

PREÇO TOTAL: R\$(.....)
(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

Informações sobre a hospedagem:

Hotel:

CNPJ:

Endereço:

Distância estimada do local do evento:

Classificação (número de estrelas):

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. Nos termos do Decreto Municipal nº 51.197/2010, o fornecedor deverá manter conta corrente junto ao BANCO DO BRASIL S/A, nominal à EMPRESA (CNPJ), onde será creditado o pagamento:

Agência:

Conta Corrente:

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
03. Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de de 20...

Representante Legal/Procurador
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO IV - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- 4) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

5) estar ciente sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO V - CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
(BALANÇO PATRIMONIAL)

(especificar os coeficientes para cada um dos índices).

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,0$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG):} \quad \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,0$$

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)